

Universidade Federal Fluminense
25, 26 e 27 de maio/2018



MARIELLE VIVE

Niterói em defesa dos
Direitos Humanos

6º Encontro do PSOL Niterói

CADERNO DE TESES E CONTRIBUIÇÕES

www.psolniteroi.org

Sumário – 6º Encontro do PSOL Niterói

É na luta que se constrói o PSOL Niterói.....	2
Tese da Resistência e Independentes para o Encontro Municipal do PSOL Niterói	23
Fora Temer e Pezão, a intervenção eu digo não!.....	28
Contribuição Feminista ao Encontro Marielle Vive do PSOL Niterói	34
Contribuição do Núcleo Frei Tito sobre violações de direitos humanos na cidade	42
Contribuição sobre a inclusão de pessoas com deficiência	46
Colocar a política no posto de comando e transformar o PSOL em alternativa real	54

Em memória

O 6º Encontro do PSOL Niterói acontece em memória de Marielle Franco e João Luiz Duboc Pinaud, dois históricos lutadores em defesa dos Direitos Humanos.

Marielle Franco era mulher negra, socióloga, cria da Maré e quinta vereadora mais votada do Rio de Janeiro pelo PSOL. Assumiu a comissão que investigaria a Intervenção Militar no Rio de Janeiro e três dias atrás denunciou casos de violência policial na favela do Acari. Foi assassinada na noite de 14 de março no Estácio por pelo menos nove disparos contra seu carro. O camarada Anderson Pedro Gomes, que dirigia o carro, também foi executado.

Pinaud foi histórico militante dos direitos humanos, foi secretário estadual de Justiça e membro da comissão de direitos humanos da OAB Federal. Perseguido pela ditadura militar com seus direitos políticos cassados com o golpe de 1964, nosso grande camarada também era filiado ao PSOL Niterói e mesmo no fim de sua vida continuava participando ativamente de nossas plenárias congressuais.

Quem morre lutando nunca deixará de viver em nossa memória de resistência. Marielle, presente! Pinaud, presente!

É na luta que se constrói o PSOL Niterói

(Subverta, Insurgência e independentes)

“Os poderosos podem matar uma, duas ou três rosas, mas jamais conseguirão deter a primavera inteira” - Che Guevara.

O tempo passa, os governos mudam e Niterói continua a funcionar como uma cidade-negócio: cara, portanto atraente para os grandes empresários, mas por demais adversa para a população sem dinheiro das favelas e da periferia. A cidade avança só na direção que interessa, principalmente, ao mercado imobiliário, aos lojistas e ao setor dos transportes. Era assim no tempo do prefeito Jorge Roberto Silveira, continuou assim com Godofredo Pinto e segue do mesmo jeito na gestão de Rodrigo Neves, independentemente de o atual alcaide ter mudado três vezes de partido — do PT para o PV, pelo qual se reelegeu em 2016, e depois para o PDT.

O tempo rapidamente mostrou o quanto era enganosa a propaganda do prefeito de que resolveria todos os problemas da cidade com algumas poucas grandes obras. Obras como os mergulhões e a Transoceânica, além de duvidosas em sua própria engenharia e suspeitas nas condições de financiamento, não resolveram o velho problema do congestionamento urbano, por exemplo.

Na Saúde, como constatado em muitas inspeções do companheiro Paulo Eduardo, as reformas físicas de alguns hospitais teve o efeito de maquiagem, incapaz de disfarçar a precarização do atendimento. São fartas as denúncias de falta de insumos, de equipamentos e de pessoal, sem falar nas contratações com salários e regimes bastante precários. Não há, por exemplo, mamógrafo na cidade, nem UTI neonatal na Maternidade Alzira Reis e faltam médicos no Getulinho e no Azevedo Lima, onde a espera por atendimento pode durar mais de seis horas. O Programa Saúde da Família está sucateado e na saúde mental o cenário é medieval, com pacientes mantidos em condições degradantes e incompatíveis com os direitos humanos em unidades como a Alfredo Neves.

Na Habitação, a Prefeitura não consegue nem ser transparente: diz que o déficit na cidade é de 3.700 moradias, mas como acreditar nesse dado se nos últimos três anos

apenas 1.550 casas foram entregues, assim mesmo de baixa qualidade. Dados de uma consultoria contratada pela própria Prefeitura em 2011, um ano após a Tragédia do Bumba, já davam conta da necessidade de 20 mil novas casas, enquanto o Nephu identificava 40 mil famílias sem teto na cidade. Sem falar na péssima qualidade dos imóveis construídos por intermédio do programa federal Minha Casa, Minha Vida, com rachaduras, instalações elétrica e hidráulica insuficientes. Para piorar, esses conjuntos habitacionais atualmente estão sob o controle de quadrilhas do varejo do tráfico ou de milícias. Nas favelas, a espera por uma obra de conserto pode levar mais de um ano, como no caso do trecho de escadaria do Morro do Estado que desabou em janeiro de 2017 e deixou três casas interditadas, sem nenhuma solução até hoje. Ou como no caso da Palmeira, onde o buraco numa escadaria desmoronada está para fazer o aniversário de sete anos.

Pelo menos 25 mil famílias vivem em moradias de risco em Niterói. Bairros inteiros ainda carecem de regularização fundiária, como o Lazareto, em Jurujuba, exemplo também da absoluta falta de saneamento. As marisqueiras que ali vivem ficam então sem o seu meio de sustento, pois a poluição afeta a produção dos frutos do mar e impede a sua coleta. Não há política pública que garanta dignidade humana sequer na morte, quando se é pobre em Niterói, onde os cemitérios foram relegados à degradação e ao abandono. Nem mesmo o lixo da cidade é tratado como se deve: o Plano Municipal de Resíduos Sólidos, de 2012, jamais saiu do papel.

Na Educação, numa cidade onde 80% das escolas são privadas, embora o prefeito viva a anunciar a “inauguração” de novas unidades, o que se sabe é que dezenas de crianças estão fora das salas de aula por falta de vagas na rede municipal de ensino, onde tem se verificado o fechamento de turmas. Centenas de crianças estão nas filas de espera por matrícula em creches e também em turmas do Ensino Fundamental. Assim como a nossa bancada na Câmara, formada por Talíria Petrone e Paulo Eduardo Gomes, o nosso deputado estadual Flavio Serafini tem liderado relevante luta contra o fechamento de turmas e de escolas municipais e estaduais.

No caso da Educação Inclusiva, área na qual Niterói chegou a ser referência, o quadro é de sucateamento, com profissionais de apoio substituídos por estagiários ou contratados, com excesso de alunos com diferentes deficiências sob os cuidados de um mesmo profissional.

Nos Transportes, Niterói permanece refém de uma máfia de empresários que conta com a autorização municipal para cobrar tarifas mais caras do que as do município do Rio, mesmo num território onde os trajetos são notoriamente mais curtos. O preço das barcas também é inacessível para população mais pobre. Nosso deputado estadual Flavio Serafini tem se empenhado na luta por uma tarifa social no catamarã de Charitas e por nova licitação do transporte aquaviário.

Na Assistência Social, a máquina do prefeito de discurso progressista é usada de forma perversa na contramão do papel institucional da proteção e do cuidado com os mais pobres. São distribuídos panfletos de uma campanha contra a esmola e a Secretaria organiza operações com o apoio da Guarda Municipal e da Polícia Militar para o recolhimento arbitrário das pessoas (crianças e adultos) em situação de rua, encarceradas em delegacia ao invés de serem levadas para abrigos. A rede de equipamentos não é suficiente para absorver a demanda.

Não bastasse ser um lugar caro demais para se viver e com uma rede bastante restrita de serviços públicos, Niterói ainda tem se tornado também uma cidade cada vez mais perigosa para a juventude negra e periférica, para LGBTs e para as mulheres por causa do ódio de classe, de raça e de gênero.

Neste momento, a cada três pessoas assassinadas em Niterói, uma é morta pela polícia. E embora negras e negros sejam 36% da população, negra é a cor de 66% das pessoas assassinadas na cidade.

No que se refere ao ódio de gênero e orientação sexual, não há uma política de prevenção e enfrentamento ao preconceito. Pelo contrário, o Plano Municipal de Educação proíbe o debate de gênero nas escolas e professores comprometidos com uma educação emancipadora e libertária são perseguidos. Em menos de um ano houve dois casos emblemáticos dessa realidade. No ano passado, só porque era gay, um jovem foi torturado e espancado pelo policial de plantão na delegacia de Itaipu. Este ano, logo depois do assassinato no Rio da vereadora Marielle Franco, duas jovens foram reclamar do assédio por parte de um agente penitenciário e foram algemadas e espancadas por policiais militares e por um policial civil, só porque eram lésbicas.

O prefeito é pego em uma de suas mais graves contradições justamente na área da segurança pública. Diz que defende os direitos humanos, mas põe o dinheiro municipal para fortalecer ainda mais um modelo que promove o genocídio negro. É feito o repasse de milhões em verbas para a Polícia Militar. E são criados projetos como o Niterói

Presente, que pôs nas ruas uma nova tropa municipal armada, justamente logo depois da derrota da Prefeitura numa consulta popular na qual 71% dos niteroienses votaram pelo não a uma proposta de Rodrigo Neves de armamento da Guarda Municipal. Por último, a Prefeitura anunciou a instituição de um Pacto Pela Paz, projeto em convênio com o Instituto Comunitas, financiado por grandes empresários, para elaboração de um Plano Municipal de Segurança Pública, sem qualquer participação popular. A Guarda, por sinal, tem sido um instrumento utilizado prioritariamente para reprimir os lutadores populares, para apreender mercadorias de artesãos e ambulantes e recolher as pessoas em situação de rua.

A população de Niterói não deu a resposta que Rodrigo Neves esperava para a consulta pública. Em uma campanha que contou com a participação de movimentos sociais, sindicatos, organizações e ativistas de direitos humanos, partidos e mandatos de esquerda, quase todos reunidos na Frente pelo Não Armamento da Guarda Municipal, foi possível suplantar a falida perspectiva da militarização e criminalização da pobreza no debate sobre segurança pública. A expectativa é que o medo da criminalidade violenta fosse determinante para que as pessoas aprovassem o armamento da guarda. A certeza de que o “Sim” venceria era tamanha que armas estavam sendo compradas e guardas treinados pelo poder público municipal para atuar nas festas de final de ano. A solução para a construção de uma cidade segura passa por políticas de garantia de direitos, além da construção de uma segurança pública focada no planejamento, integração das polícias, inteligência, prevenção da criminalidade e administração de conflitos.

O prefeito que em vez de receber professores em greve manda a guarda reprimi-los com spray de pimenta só tem olhos para projetos de grande potencial de lucro para grandes empresários. Talvez isso possa explicar a demora na aprovação de um Plano Diretor que contou com forte pressão popular para a aprovação de Zonas Especiais de Interesse Social, as Zeis. Esse Plano tem sido acusado pelas construtoras e imobiliárias de não atender aos interesses do setor, por falta de garantias para empreendimentos vantajosos para os especuladores, que querem avançar ainda mais em medidas como a que, em Pendotiba, ameaça a região de área verde de perder as suas características a partir do adensamento populacional e da verticalização de sua arquitetura, com a construção de espigões de dez andares já autorizados no Plano Urbanístico Regional. O Centro da cidade também é alvo de planos como a Ordem Consorciada Urbana (OUC). Nada indica qualquer interesse da Prefeitura em obter contrapartidas do empresariado na forma de

investimento em moradias populares de qualidade nas áreas centrais e na preservação do meio ambiente. Melhor não esperar por isso de um governo que até hoje não cumpre a obrigação legal de garantir aluguel social ou moradia digna nem mesmo para os desabrigados da tragédia das chuvas de 2010.

Assim é a vida na cidade onde o prefeito está metido em tramas de alcance nacional. O mesmo Rodrigo que trocou o PT pelo PV para escapar da má fama petista no momento do impeachment da Dilma, agora tenta se livrar do alcance da Lava-Jato, na qual aparece como suspeito de um esquema de superfaturamento das obras da Transoceânica, a partir de uma conexão direta com Ricardo Pessoa, da empreiteira UTC, que, em um grampo autorizado da Polícia Federal chama o prefeito de “meu chefe”. Essa suspeita não impediu a vitória eleitoral de Rodrigo Neves, que contratou para cuidar de sua imagem a agência Prole e a FSB, empresas de comunicação também envolvidas na Lava-Jato. E assim prossegue o governo Rodrigo Neves, amparado em aparências.

A fama de cidade rica conflita com as suspeitas de que as contas não andem tão saudáveis assim. O equilíbrio financeiro pode estar ameaçado por dívidas oriundas de empréstimos bilionários contraídos, principalmente, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, com sede em Washington, onde o prefeito esteve no ano passado para pegar ainda mais dinheiro. Aparentemente um oásis em meio à crise no estado, Niterói ainda assim não escapou em 2017 de um “Pacote de Maldades” sob essa justificativa. Rodrigo propôs o congelamento dos planos de carreira e do reajuste salarial anual, dentre outros benefícios dos servidores, aumento de 11% para 14% na contribuição previdenciária e o adiamento para 2020 da incorporação no salário dos professores de valores correspondentes a adicionais provisórios. Isso depois de o prefeito ter dado uma entrevista à Tribuna de Niterói com o título “De bem com a vida e com a crise”. Também no ano passado, a Prefeitura lançou um misterioso processo seletivo para a contratação de pessoal de formação em nível superior a um salário de cerca de R\$ 4 mil para o projeto Desafios da Gestão Municipal 2017. O Ministério Público abriu procedimento para a investigação desse processo, feito em parceria com a ONG paulista Vetor.

Tudo isso acontece porque Rodrigo ainda conta com o apoio da maioria na Câmara, onde a oposição pela esquerda ao governo se restringe à bancada do PSOL. Há outros que se apresentam como oposição, mas pela direita, ao prefeito, como as bancadas neoliberais e conservadoras do PSDB, de Bruno Lessa, e a do ex-PSC, atual PSL, de Carlos Jordy, este um reacionário da ultradireita neofascista e seguidor dos Bolsonaro.

Estes últimos, no entanto, dentro da Câmara, são aliados do presidente Paulo Bagueira (Solidariedade), um expoente do fisiologismo e do clientelismo que historicamente degradam a política na nossa cidade. Muitos vereadores são objeto de investigação do Ministério Público sob suspeita de diversos crimes.

Já nas últimas eleições municipais, depois de um amplo processo de consulta e elaboração de propostas com a sociedade, movimentos sociais e profissionais de políticas públicas, através do programa movimento “Niterói por Nós”, sentimos dificuldades próprias dessa conjuntura de avanço da direita. Mesmo mantendo uma expressiva votação, semelhante a de 2012, no caso das candidaturas a prefeito e a vice, dos companheiros Flavio Serafini e Regina Bienenstein, o PSOL Niterói sofreu uma redução de sua bancada de vereadores de três para dois mandatos, que, contraditoriamente, foram os mais votados da cidade: Talíria Petrone e Paulo Eduardo Gomes. Embora o partido tenha ganhado eleitores na Zona Norte e região de Pendotiba, a perda de votos em bairros com melhor renda foi mais decisiva. Um setor do eleitorado havia se deslocado para a oposição de direita ao Partido dos Trabalhadores e até ao ultraconservadorismo.

Como resultado, o gosto amargo de não termos conseguido a reeleição dos vereadores Henrique Vieira e Renatinho, mandatos que foram tão valiosos na afirmação de um partido a serviço das causas populares e dos movimentos sociais. Essa perda só foi contrabalançada pela surpreendente vitória de Talíria, no bojo da primavera feminista que ocupou importantes Câmaras Municipais (Rio de Janeiro, São Paulo, Belo horizonte, Belém, Porto Alegre, Campinas e Niterói).

O debate das eleições municipais se deram em um eixo mais conservador. Tiveram peso nas discussões temas inéditos como “ideologia de gênero” e “Escola sem Partido”, definições estas vinculadas a discursos exclusivos e discriminatórios da diferença. Em Niterói, a aprovação de emenda ao Plano Municipal de Educação, proibindo o debate sobre gênero e diversidade nas escolas da rede pública municipal, abriu grande polêmica na sociedade. O PSOL foi taxado por setores da direita de defender a conversão gay de crianças e pela falaciosa doutrinação comunista em escolas. Não interessava que nosso posicionamento fosse na verdade por uma escola laica e democrática, sem censura, que combata o preconceito e violência contra mulheres, LGBTs e negros .

Na eleição, enfrentamos com muito empenho campanhas difamatórias que circularam em aplicativos de mensagem instantânea ou em panfletos apócrifos que se

divulgou em templos religiosos. Contudo simplesmente em muitos lugares só se disseminou a *fake news* e não nossas respostas. Para parte do eleitorado não chegou ou não foi compreendida a mensagem de que educação de gênero e diversidade não é doutrinar crianças para serem homossexuais, mas ensinar que homens devem desconstruir suas violências machistas e que todas as pessoas devem ser respeitadas independente de sua orientação sexual. As narrativas e pós-verdade mostraram seu poder em prejudicar a esquerda socialista. Não foi suficiente sequer divulgar Nota Técnica do Ministério Público que considera que o PL Escola sem Partido inconstitucional, pois *“está na contramão dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, especialmente os de ‘construir uma sociedade livre, justa e solidária’ e de ‘promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação’”*.

O desafio da bancada do PSOL tem sido, neste contexto, conseguir realizar mandatos que, neste momento de forte polarização na política, não se restrinjam ao insuficiente embate com PSDB e PSL, pois é o nosso partido o único que na atual conjuntura tem condições de fiscalizar o Executivo municipal e denunciar a farsa que é a gestão Rodrigo Neves. No mais, a Câmara vive de tradicionais relações “toma-lá-dá-cá” com o governo, e se mostra cada vez mais ideologizada pela ultradireita reacionária e neofascista. O tema da segurança pública é o mais recorrente no plenário, em debates de tom policialesco alimentados por uma pequena mas ostensiva bancada da bala. À vereadora Talíria, que por mais de um ano foi a única parlamentar mulher em exercício, tem sido imposto diariamente o desafio de enfrentar o ambiente predominantemente machista. A outra mulher, Verônica Lima, do PT, chegou à Câmara somente agora em maio para desincompatibilizar da Secretaria de Assistência Social neste ano eleitoral.

Nesta Câmara, são mantidos em banho-maria os Projetos de Lei Escola Livre, de Talíria, e Escola Sem Partido, de Jordy, que reivindicam propostas de políticas públicas em educação diametralmente opostas: a primeira, em defesa da escola como espaço de liberdade e aprendizado da convivência na diversidade e de enfrentamento às opressões; a segunda, em tentativa de promover um grave retrocesso no ensino, com a censura violenta dos debates de gênero e da diversidade.

O prefeito tenta usar a polarização ideológica, a crise econômica e até a violência urbana para alavancar ainda mais o seu projeto elitista de cidade. Mas nem tudo está perdido. Aumentam a cada dia a quantidade, o tamanho e a força dos movimentos de

resistência e enfrentamento a esse modelo de cidade-negócio. Categorias profissionais, populações tradicionais, movimentos sindicais, de favelas e de bairros, a juventude, mulheres, negros e LGBTs, militantes do PSOL e dos direitos humanos, entre outros, protagonizam várias lutas. Impulsionados pelo trabalho da bancada do PSOL surgiram novos focos de enfrentamento ao poder dominante. A própria conquista da presidência da Comissão de Direitos Humanos, da Criança e do Adolescente da Câmara foi um exemplo. Talíria venceu essa disputa contra Jordy, que almejava o cargo, graças à pressão dos movimentos.

O PSOL Niterói, ao contrário do prefeito, tem se posicionado com nitidez na defesa da democracia e contra o golpe parlamentar que objetiva impor ao país uma agenda de retrocessos sociais. Participamos ativamente da construção das greves gerais contra a reforma da previdência e pelo “Fora Temer”. No movimento da greve geral de 28 de abril de 2017, foi possível fechar a Ponte Rio-Niterói, em ação organizada pelo MTST. Na estação Araribóia, estudantes, sindicalistas e militantes do PSOL e de outros partidos de esquerda fizeram piquete em frente às barcas, convocando trabalhadores e usuários a aderirem à greve. Nenhum passageiro fez o percurso de barca até 10h30 manhã, quando as bombas de gás lacrimogêneo do Batalhão de Choque da PM atuou com o ilegal apoio da Guarda Municipal para dispersar o movimento grevista.

Com Talíria à frente, o desempenho da Comissão e do Mandato Negro, Popular, Feminista e LGBT tem incomodado ao status quo e rendido várias ameaças nas redes e nas ruas contra a nossa vereadora, obrigada, depois do assassinato de Marielle Franco, a adotar fortes medidas de segurança para continuar atuando.

Vivemos tempos em que cresce na sociedade o discurso de ódio e violência contra as minorias, contra os pobres e a esquerda. O próprio PSOL tem sido alvo de ataques. A sede do PSOL de Niterói foi invadida por um homem armado com uma pistola em outubro de 2016. Além do roubo dos celulares e do dinheiro dos dois funcionários que foram rendidos, o homem disse que tinha um "recado", que o PSOL não poderia mais entrar em comunidades, que "por estar subindo muito em comunidades" estaria "incomodando a muita gente". Tal recado, em tom de ameaça, conferiu ao crime características que fugiram as de um assalto comum.

É preciso observar que esse episódio não se tratou de um caso isolado de ataque ao PSOL. A sede já havia sido alvo de hostilidades. Em junho de 2016, um homem entrou na sede, cometeu agressões verbais de cunho fascista e ameaçou voltar e matar todo

mundo. Parlamentares, candidatos e militantes do partido têm enfrentado ameaças, ataques e cerceamento, nas ruas e nas redes. Também na campanha eleitoral estadual de 2014, um comitê de campanha em Niterói foi pichado com mensagens ofensivas à esquerda. Ao final do primeiro turno eleitoral, a candidata eleita como a vereadora mais votada da cidade, com uma proposta feminista, negra e popular, Talíria Petrone, foi alvo de um comentário no Facebook em que o autor recomendava que ela fosse "exterminada" e um candidato a vereador eleito endossou a ameaçada curtindo o post. Em caso mais recente, em novembro de 2017, em seguidos telefonemas à sede do partido, no Centro da cidade, um homem dirigiu xingamentos à vereadora Talíria e ameaçou explodir uma bomba no espaço da sede do partido. Estas recentes agressões verbais e a ameaça já foram identificadas pela Polícia Civil. Também têm sido recorrentes nas redes as raivosas manifestações de preconceito de conotação machista, racista e LGBTfóbica contra a nossa vereadora.

A atuação de nossos parlamentares Talíria, Paulo Eduardo e Flavio Serafini tem tido importante papel na criação das condições para o impulsionamento na cidade de muitas lutas. Nos últimos tempos, têm surgido movimentos significativos como o Setorial LGBT do próprio PSOL, o Fórum Popular de Luta por Moradia, o movimento pelo não armamento da Guarda e pela construção popular de um Plano Municipal de Segurança e, mais recentemente, o Fórum de Mulheres Marielle Franco de Niterói. Será por meio de vários movimentos como esses que um dia será possível entornar o caldo do ultrajante modelo de cidade que hoje expurga, segrega e mata aqueles que não rendem ou não promovem o lucro dos grandes negócios. Com muita luta coletiva é que vamos um dia tornar real o sonho de uma cidade livre, igualitária e o bem viver, independentemente de classe, raça, gênero ou orientação sexual.

Contexto nacional e estadual

O golpe parlamentar que retirou Dilma Rousseff da Presidência da República alterou profundamente o cenário político. A “ponte para o futuro” cumpriu um papel catalisador dos interesses burgueses em favor do golpe. Combinava o discurso de que “tem que mudar o governo para estancar a sangria” (diálogo entre Jucá e Sérgio Machado em março de 2016) com o do “grande acordo nacional com o Supremo com tudo”. O tal “acordo nacional” era na realidade uma blitz contra os direitos sociais e o orçamento público, em favor da renda do capital e contra a renda do trabalho. A blitz foi tão intensa

que ainda não houve sistematização alguma das medidas do Temer reunindo as mais diferentes áreas. Do que não se pode ter dúvidas é de que esse governo golpista teve um papel retrógrado em uma intensidade e amplitude talvez nunca alcançada desde o golpe militar de 1964.

O golpe é uma contrarrevolução. Não porque os governos anteriores representassem a revolução. A melhor caracterização desses governos é a de sociais-liberais, combinando um pacto burguês de intensidade moderada com um reformismo de baixíssima intensidade, viabilizados por um ciclo expansivo do capital e, após 2008, sustentado por políticas anticíclicas via consumo, desonerações e ações pontuais contra exageros do capital financeiro como foi o caso da diminuição do *spread* bancário, através da diminuição das taxas de juros dos bancos públicos.

Essa contrarrevolução não é apenas uma ação contra um governo, tampouco se resume ao terreno da política. O golpe pode ser caracterizado como contrarrevolução por catalisar os interesses da autocracia burguesa em torno de uma agenda de altíssima intensidade, por aglutinar e remobilizar forças da ultradireita reacionária, de ideário fascista e associada ao fundamentalismo religioso contra os interesses populares, os valores humanistas e os setores políticos de esquerda em seu conjunto.

No Estado do Rio de Janeiro, a situação não é distinta, estamos mergulhados na maior crise de nossa história. Na conjuntura de grave crise econômica, política e social que se encontra o Rio de Janeiro, com atraso por meses no pagamento aos servidores públicos, aposentados e pensionistas, bem como interrupção e precarização de serviços públicos como educação e saúde, o PSOL nos parlamentos e nas ruas se afirmou como a principal força política de oposição. Nesse tocante, o mandato de Flavio Serafini está na linha de frente da luta contra a política mafiosa estabelecida no estado. Sua combatividade ao enfrentar seguranças da Alerj e interromper sessão plenária, ao constatar que uma oficial de Justiça estava tendo sua entrada no prédio barrada, transformou-se em símbolo de resistência. Nossa intransigente denúncia aos esquemas de corrupção liderados pelo PMDB nos aproximou da realidade de muitos trabalhadores. Somos os principais porta-vozes da crítica à farra de isenções fiscais a empresários, à complacência dos últimos governos estaduais com a sonegação de impostos, ao endividamento do estado a juros extorsivos, aos subsídios sem transparências para empresas de transporte público e aos gastos extravagantes e superfaturados para a realização da Copa do Mundo e das Olimpíadas. Enquanto Rodrigo Neves e Felipe Peixoto serviram de sustentação para o

governo Cabral/Pezão, seguimos firmes na luta em defesa dos servidores públicos e contra a privatização da Cedae.

Na falta de políticas sociais que atendam a população fluminense e diante ao desmoronamento da militarização dos territórios de periferia promovida pelas UPPs, promove-se uma intervenção federal no Rio de Janeiro para atentar contra nossos já frágeis direitos democráticos. O conluio entre os governos do PMDB de Temer e Pezão acabou por representar um aprofundamento do golpe. Ingressamos no perigoso caminho das medidas constitucionais de exceção. Acima de intervenção federal, e ainda por cima sob a direção das Forças Armadas, só está o estado de defesa e estado de sítio. Trata-se de uma farsa que serve de ensaio para medidas mais autoritárias e possibilita uma série de ilegalidades. A atuação do Ministério Público e da Defensoria Pública do estado, assim como a Assembleia Legislativa, está suspensa na área de segurança. Segundo o Observatório da Intervenção, “após três meses os indicadores de violência no Rio continuam em níveis preocupantes. Alguns padrões históricos das políticas de segurança do Rio se agravaram, como a manutenção de operações policiais violentas, violações aos direitos de moradores de favelas, corrupção e morte de policiais”. A intervenção militar não resolverá o complexo problema da violência. Desde os anos 90, houve diversas ocupações militares em favelas, sem resultados positivos. Por exemplo, a ocupação das Forças Armadas na Maré em 2015/2016 teve um custo de R\$ 600 milhões e os números da violência subiram. Não estamos diante de um plano de segurança pública, mas de uma tentativa de manipular o medo da população para tentar salvar eleitoralmente o PMDB e Temer. É inconstitucional e inadequado que o Exército substitua as polícias e administre a segurança pública.

O papel significativo do PSOL/Niterói na defesa da democracia, dos direitos humanos e contra retrocessos sociais, como se verificou nas greves gerais e na campanha contra o armamento da guarda municipal, atesta a vitalidade da construção partidária na cidade. O fato do próprio partido e seus parlamentares serem destinatários da fúria de extremistas de direita é prova da relevância da política que construímos. Da pertinência da atuação militante da sigla e de seus parlamentares, que sem abrir mão das muitas críticas que acumulamos ao ciclo do PT no poder, como oposição de esquerda, não se nega à tarefa de se confrontar com os governos Temer, Pezão e o fascismo que se revela em algumas iniciativas políticas, em frentes amplas com os movimentos sociais e até mesmo com outros partidos.

A intensidade, velocidade e profundidade dos ataques aos direitos sociais e políticos está estimulando um processo de mobilizações contra Temer e suas medidas. É perceptível que o impacto das políticas antipopulares de Temer e de Pezão começam a alterar o cenário difícil enfrentado pelo PSOL durante as eleições municipais. O raciocínio que se praticou em um primeiro momento por muitos de que “*primeiro derruba Dilma, depois o Temer e todos os corruptos*” se revelou um tremendo engodo. Cada vez mais pessoas compreendem a posição do PSOL de combate ao impeachment de Dilma como via de acesso da quadrilha do PMDB e tudo o que há de mais fisiológico ao centro do poder, e do golpe que representa à democracia e aos direitos sociais mais básicos conquistados historicamente.

As mulheres tiveram e têm tido cada vez mais protagonismo nas lutas por direitos e contra retrocessos. Consequência de movimento que havia enfrentado discurso misógino nas redes sociais com a campanha *#primeiroassedio* e mobilizações que lotaram as ruas contra o projeto de lei do deputado-gangster Eduardo Cunha, então presidente da Câmara de Deputados, que dificulta o acesso de vítimas de estupro aos serviços de assistência médica e social, e o acesso delas ao aborto legal.

Os atos do Dia Internacional das Mulheres, do dia 15 de Março, e a greve geral de 28 de abril de 2017 mostraram que é possível se construir uma Frente Única com capacidade de fazer o governo recuar. Mesmo as centrais sindicais outrora governistas estão sendo forçadas pelas suas bases. Entendemos que somente a política de Frente Única pode interromper a ofensiva golpista e recolocar a possibilidade de movimentos de contra-ofensiva por parte da classe trabalhadora e do conjunto de lutadoras e lutadores. Por isso, atuamos na Frente Povo Sem Medo (uma frente nacional de movimentos populares), por seu potencial mobilizador junto dos setores populares, especialmente o MTST, buscando fazer com que essa ferramenta de mobilização se oriente na busca de um protagonismo popular nas lutas de forma o mais independente possível do campo pelego e burocratizado representado por setores-chave da Frente Brasil Popular.

Em defesa da democracia, fomos contra o golpe parlamentar que derrubou Dilma Rousseff, com fundamento em suposta violação da neoliberal lei de responsabilidade fiscal, sendo que a rigor sequer passivos contingentes e créditos suplementares sem aprovação do Senado são regulados pela LRF, e protestamos contra a prisão política de Lula, sem provas consistentes da prática dos crimes de corrupção e lavagem de dinheiro, e antes do trânsito em julgado. Juristas de renome questionam o cerceamento ao direito

de defesa do ex-presidente, a quebra de garantias constitucionais em conduções coercitivas injustificáveis, a banalização de delações premiadas e a vulgarização da decretação de prisões preventivas. Com o apoio do oligopólio da mídia, a operação “Lava Jato” se caracterizou por sua seletividade, que praticamente livrou das investigações bancos e empresas de comunicação, sendo bem menos implacável com os partidos de direita denunciados por corrupção. Seu propósito fundamental foi impedir, em um processo que tramitou em tempo recorde, a candidatura de Lula à Presidência da República, justamente o presidenciável em primeiro lugar nas pesquisas de intenção de voto.

Isso não significa que os governos petistas sejam apenas vítimas do golpe. O ciclo petista no governo federal na verdade não combateu privilégios e negligenciou a democratização das relações de poder no Brasil. Restaram intocadas a reforma política, reforma tributária e o monopólio da grande mídia. Sua política de conciliação com o grande capital, empreiteiras, bancos e o agronegócio foi impeditiva para mudanças radicais na estrutura social e econômica do país. O reencantamento com o PT que se nota na juventude e nas ruas parece querer nos fazer acreditar que o golpe ocorreu porque se avançou sobremaneira sobre os interesses das elites, que enfim reagiram. O mais correto seria dizer que não se avançou no essencial, e que a crise econômica e política encorajou a burguesia a controlar por completo o orçamento público, avançar em reformas neoliberais com uma profundidade que não poderia em associação com o petismo e se proteger da Lava Jato, reforçando sua seletividade, ao alcançar postos estratégicos da República.

O assassinato de Marielle veio reforçar no PSOL a compreensão dos riscos à democracia da quadra histórica que atravessamos. Tratou-se de um crime político, contra uma parlamentar da esquerda socialista, linha de frente da luta contra o reacionarismo – era mulher, negra, lésbica, moradora de favela e defensora de direitos humanos –, símbolo da primavera feminista, que teve a vida arrancada provavelmente pelas milícias por sua atuação parlamentar. Não que exista uma combinação entre todos os movimentos que atentam contra a democracia na atualidade, que não seja estruturante o estado de exceção para as camadas mais pobres da população, porém cada vez mais se fortalece na sociedade um discurso que unifica o ódio contra vários grupos: contra as minorias, as maiorias sociais, a esquerda; em favor da militarização da segurança pública, da violência de Estado e de práticas autoritárias de governo. Esse discurso saiu nas redes sociais para

justificar a morte de Marielle Franco. O exemplo mais visível dessa articulação é a candidatura de Bolsonaro à presidência da República, mas há outros sinais. Não é razoável que consideremos Geraldo Alckmin, político sabidamente vinculado à extrema direita católica, o novo paradigma da centro-direita brasileiro, como nos quer fazer acreditar a mídia corporativa. E os exemplos não ficariam por aí, bastando recorrer às declarações de voto da sessão do Congresso Nacional que afastou Dilma da Presidência para percebermos que o buraco é mais embaixo. E a intervenção federal de Michel Temer, a prefeitura confessional de Crivella, os projetos de lei em trâmite na Câmara Federal que violam os direitos humanos etc.

É necessário haver uma organização partidária adequada para encarar esse novo momento histórico. O PSOL Niterói se destaca por seu funcionamento democrático, pela combatividade de sua militância e pela construção de posicionamentos unificados com respeito às diferenças. Certamente é uma das seções em que os núcleos têm maior centralidade na vida partidária; muitos são os núcleos e setoriais ativos na cidade. Temos também a tradição de não ocorrência de filiações em massa e sem critério. Outra marca são as campanhas eleitorais politizadas e programáticas. Contudo, é crucial avançarmos em nossa organização. A melhor medida de segurança que podemos construir para enfrentar e superar os riscos dessa conjuntura com nossa militância é nos organizarmos mais e melhor, inspirados na solidariedade de classe e entre os setores oprimidos.

Nas eleições que se aproximam, em conjunto com o PCB e movimentos sociais do campo, da cidade e das florestas, as candidaturas de Boulos e Sônia Guajajara à Presidência, de Tarcísio Motta a governador, Chico Alencar a senador e nossas candidatas e candidatos a deputadas e deputados federais e estaduais terão o desafio de fortalecer a luta contra o avanço do autoritarismo e do fascismo, assim como da exploração e da opressão sobre as classes populares em nosso país. Devemos apresentar ao povo brasileiro um programa que combata os ataques ao meio ambiente e defenda os direitos humanos, denunciando toda forma de violência contra os pobres, os povos indígenas, quilombolas, caiçaras, ribeirinhos, negros, mulheres, pessoas com deficiência, LGBTs, entre muitos outros. Nossas campanhas devem apontar um novo caminho para a esquerda brasileira, que rompa com o ciclo lulopetista de neodesenvolvimentismo e de conciliação de classes, sem se omitir diante dos golpes que têm sido perpetrados contra a nossa frágil democracia e contra os direitos da classe trabalhadora. Tarefa estratégica dessa eleição também será eleger uma bancada federal que afaste o PSOL do risco de se ver prejudicado por cláusula

de barreira feita para blindar o sistema político de qualquer avanço da esquerda socialista e uma bancada estadual que esteja à altura das lutas que serão necessárias ao povo para superar o colapso social e econômico do estado.

Um partido de massas, militante, com independência de classe, democrático, plural, ecossocialista e libertário

O PSOL tem sido uma ferramenta fundamental para disputa social no Brasil do ponto de vista das classes subalternas. Mesmo imperfeito em muitos aspectos, nosso partido tem se mostrado um partido necessário na luta das mulheres, das LGBTs, das negras e negros, comunidades tradicionais, originárias e da classe que vive do trabalho. Também em defesa dos direitos humanos, contra a criminalização da pobreza e pelo fim da guerra às drogas. Mas são inegáveis as debilidades democráticas e organizativas do PSOL a nível nacional, o que tem nos trazido muitos constrangimentos internos, demonstrado fragilidades publicamente e tolhido nossas potencialidades.

Nosso estatuto, por exemplo, prevê a existência de núcleos de bases, territoriais ou temáticos, nos quais cada filiado deva estar vinculado. Contudo são poucas as cidades Brasil afora que possuem núcleos partidários organizados. Apesar de sermos uma destas poucas cidades que constroem efetivamente núcleos militantes, precisamos repensar e mobilizar nossa atuação coletiva nos núcleos para não cairmos na lógica partidária de reuniões pré-congressuais para verificar a correlação entre correntes. Acreditamos em um partido em que cada filiado possa se sentir acolhido individualmente e ter sua militância potencializada coletivamente, independentemente se faz parte ou não de corrente interna. Por isso, temos que manter nossos espaços de discussão coletiva de base vivos de forma permanente. Assim os núcleos e setoriais (como LGBT, de mulheres, de negras e negros, de educação etc.) devem ser permanentemente construídos e valorizados para a circulação de debates, aproximação de novos militantes e simpatizantes, para debate nas bases territoriais da cidade.

Desta forma, o esforço de construção dos setoriais de mulheres, de negros e negras, LGBT e educação do PSOL, bem como de fundação do setorial de acessibilidade tem sido uma bela demonstração de espaço acolhedor, de formação, formulação e atuação na sociedade. Novos núcleos também têm sido criados e se consolidado nas várias regiões da cidade como no Morro do Estado, Jurujuba, Região Oceânica, Pendotiba, Zona Norte

e Zona Sul da cidade, ou temáticos como Teresa de Benguela e Carmen Portinho. Acreditamos entretanto que precisamos potencializar esses espaços militantes com um planejamento bem organizado ao fim deste Encontro Municipal para divulgação e revigoração dos núcleos e setoriais existentes, para trazeremos mais filiados e simpatizantes para nossa vida partidária e para a criação de novos núcleos em novas regiões da cidade. Estamos propondo, portanto, a aprovação de Plano de Núcleos para que fiquem nítidos para toda a militância os espaços de base dos quais cada militante do PSOL pode participar e para verificarmos a necessidade da criação de novos núcleos para expandirmos a luta coletiva na cidade.

Outro avanço que devemos almejar é a consolidação do Internúcleos, a exemplo da experiência bem-sucedida do PSOL Carioca. Em Niterói, estamos dando os primeiros passos. Realizamos duas reuniões deste fórum no último período e se indicou de se promover um seminário com a participação de todos os núcleos e setoriais da cidade para sua efetiva fundação. O Internúcleos tem o potencial de se constituir como espaço que reúne representantes dos núcleos de base e setoriais para pensar e conduzir ações e campanhas unificadas, bem como para estabelecer um maior diálogo entre os núcleos e a direção partidária. A militância nos núcleos não pode representar fragmentação, mas um esforço conjunto e coordenado do PSOL/Niterói em construir com os moradores e movimentos da cidade resistência, luta por direitos e reflexão política nos diversos territórios e frentes temáticas de militância. A partir do Internúcleos, poderão ser desenvolvidas atividades de formação política, debates e parceria com a Executiva na realização do “PSOL na Praça”, eventos de diálogo com a população nas diversas regiões de Niterói e atividades de apresentação do partido para novos filiados. De outro lado, o Internúcleos possibilita também que os núcleos e setoriais se reúnam para discutir questões políticas e organizativas do partido.

Somente o partido pode oferecer uma organização coletiva e democrática para toda a militância partidária, na qual cada filiado tenha um papel a desempenhar. Os mandatos parlamentares podem desenvolver trabalho importante como porta-vozes do partido, no diálogo com a sociedade, na crítica à institucionalidade capitalista e na disputa de políticas públicas do ponto de vista dos de baixo, porém não substituem as instâncias de direção e os organismos de base do partido, centrais inclusive para o controle coletivo dos mandatos, sujeitos que são a sofrer distorções diante das pressões do Estado. A disputa de corações e mentes precisa ser feita em todas as esferas da sociedade, como

local de trabalho, bairro e cultura, especialmente agora em que inimigos até da limitada liberdade que temos, em uma sociedade extremamente desigual como a nossa, buscam capturar as frustrações da classe trabalhadora para projetos autoritários de sociedade. Sem dúvida, núcleos e setoriais são instrumentos de democracia interna, de debate coletivo sobre as decisões partidárias, mas podem também se enraizar em todo território da cidade, inclusive nas periferias, como se propõem acertadamente os núcleos Zilda Arns, Zona Norte e Morro do Estado.

Comunicação

Um aspecto importante da nossa vida partidária é nossa comunicação. Nesta última gestão conseguimos dar vida ao site do PSOL Niterói com atualizações permanentes das lutas cidade, no Estado e no Brasil, dos mandatos parlamentares e divulgação dos espaços de base. Seu alcance foi potencializado pelo trabalho nas redes sociais, especialmente Facebook, também em atualização permanente e em diálogo com a população. O alcance nas redes tem sido animador, em parceria com a comunicação dos mandatos. Acreditamos contudo que este Encontro deve trazer novas ideias para ampliarmos nossa inserção no debate público nas redes, especialmente contra o conservadorismo crescente.

Mesmo com o crescimento cada vez maior da importância da comunicação digital, as ruas continuam um lugar privilegiado de encontro com a população. O PSOL na Praça tem ocorrido frequentemente e já se tornou uma marca da atuação no PSOL na cidade. Nossas banquinhas nas barcas, nas praças, com participação de nossas figuras públicas, em diálogo direto, com microfone, na panfletagem ou no bate-papo com a trabalhadora e o trabalhador, tem sido um excelente canal que pode se espalhar mais pela cidade, inclusive a partir da iniciativa de núcleos e setoriais.

Contudo, apesar de termos produzido bons panfletos e construído parceria com os mandatos de Paulo Eduardo, Talíria, Flavio e mesmo outros mandatos estaduais e federais, temos que avançar para um periódico do PSOL, com versão digital e impressa com assuntos e análises da cidade, do estado e do país, mobilizando nossa classe perante ataques e desafios. Do ponto de vista das redes sociais, propomos a criação de canal de *whatsapp* do PSOL Niterói para facilitar ainda mais o acesso ao partido e divulgação de notícia e combate às *fake news*.

Acreditamos ser importante também a articulação de formas de comunicação maiores e unificadas em Niterói. Hoje em nossa cidade, os jornais e rádios de maior audiência, ainda possuem uma visão extremamente conservadora da sociedade e isso influencia fortemente a opinião pública. Enfrentamos a dura dificuldade do financiamento para colocar um jornal, uma rádio ou um portal de notícias na internet, mas esse norte de construção de veículos maiores e mais amplos, que possam noticiar nossa cidade pela perspectiva da classe trabalhadora, deve estar em nossos planos.

A lógica da colaboração e do compartilhamento, em oposição à lógica da competição e da concorrência que marca a comunicação capitalista, é um trunfo para a comunicação classista tentar superar a narrativa hegemônica. Organizar a produção de nossos conteúdos de comunicação em rede para potencializar nosso alcance de cobertura da cidade também é fundamental. Por vezes temos duas, três ou até quatro equipes de comunicadores de diferentes estruturas (sindicatos, partidos, mandatos...) realizando uma mesma cobertura. Se o trabalho desses sujeitos estiver organizado em rede, uma única equipe colaborativa poderia fazer uma boa cobertura do espaço e liberar o restante dos comunicadores para um outro ato, manifestação, ou fato que mereça atenção da sociedade e cobertura jornalística. Em Niterói, de forma mais específica, um espaço mais amplo de organização dos nossos comunicadores ajudaria muito a potencializar a qualidade de nossa comunicação e potencial de diálogo com a sociedade niteroiense.

Formação política

Tomamos algumas iniciativas no decorrer da última gestão. Organizamos durante o processo eleitoral municipal um seminário de formação política para os candidatos a vereador. Posteriormente, fizemos mesas de debate para a militância e o público em geral, nas temáticas: aula pública sobre a campanha “Escola sem Mordaza”, debate contra a reforma da previdência, debate contra a reforma trabalhista e debate sobre a economia brasileira em tempos de crise, além de atividade de apresentação do partido “A saída é pela esquerda” na Praça da Cantareira e roda de conversa na sede para novos filiados. Também se realizou em vários encontros, um sábado por mês, “Grupo de Estudos Marxistas”, formado por militantes do partido, para discussão do “Cadernos do Cárcere” de Gramsci. O Setorial LGBT do PSOL Niterói foi ativo na organização de eventos, tais como seminários de formação do setorial, atividades de combate à LGBTfobia, do orgulho trans, de visibilidade bi, espaço misto de formação etc. Devemos seguir o

exemplo do setorial LGBT no estímulo e parceria com setoriais e núcleos para a organização de atividades de formação. Realizamos também seminário interno da executiva do PSOL com os mandatos de capacitação para o debate sobre o Plano Diretor.

Foram atividades que não chegaram a redundar propriamente em um projeto de formação política do PSOL. No próximo período, devemos empenhar esforços no sentido de ter uma política mais completa e sistemática de formação política, com a organização de mais debates, cursos de formação política e uma atividade bimestral de apresentação do partido. Importante também concretizarmos o antigo projeto de elaboração de cartilha para novos filiados.

Finanças

Nesta gestão conseguimos organizar nossas finanças, mas permanecemos com grandes desafios do ponto de arrecadação. Foi uma vitória organizativa importante a regularização da nossa situação junto ao TRE, que tem demandado uma profissionalização em termos contábeis e no acesso aos sistemas do Tribunal, bem como uma organização permanente dos nossos fluxos de entrada e de gastos para garantirmos os custos com a sede, telefone, internet, comunicação, escritório de contabilidade e outros gastos eventuais. São tarefas importantes para o funcionamento do partido que pode talvez passar despercebidas por boa parte da militância, mas que tem demandado bastante energia e trabalho na tesouraria.

Entretanto, não tem sido fácil manter o funcionamento partidário. Como é possível perceber nas nossas prestações de contas, funcionamos basicamente com as doações estatutárias dos nossos parlamentares, o que tem sido insuficiente muitas vezes para dar conta do dia-a-dia do partido. Agravou essa situação a diminuição da nossa bancada de três para dois vereadores. Com isso, muitas propostas boas acabam não sendo viabilizadas por conta da nossa pouca capacidade de arrecadação e por vezes passamos maus bocados para manter nossa sede. Neste sentido, precisamos construir entre nós um compromisso militante de contribuição dos nossos filiados. Propomos assim o lançamento de uma plataforma online (em fase de testes no Rio de Janeiro) ainda este ano para facilitar a doação de cada uma e cada um. Enquanto não temos disponível a plataforma, devemos viabilizar que as arrecadações ocorram diretamente na sede ou em depósitos bancários, conforme orientação de nossa tesouraria.

Sede do partido

Nossa sede tem sido um fundamental espaço de encontro entre a militância e de diálogo com o povo. A sua boa localização, no coração do centro da cidade, tem permitido um bom acesso aos filiados e de moradores que procuram panfletos e diálogo com o PSOL. Temos mantido a sede constantemente aberta e com um agendamento organizado de reuniões partidárias e dos movimentos sociais. Acreditamos que nosso esforço de contribuição financeira pode viabilizar melhorias na sede para melhor atendimento de todas e todos.

Tem nos preocupado a segurança do local. Como já relatado nesta tese, o conservadorismo e fundamentalismo têm se concretizado em ameaças reais a nossos militantes. A sede do partido foi local de alguns episódios de violência. Acreditamos ser importante que a direção partidária se debruce sobre a questão, viabilizando adaptações para maior segurança no espaço ou, em última instância, até mesmo optando pela mudança de local da sede, para uma sala com outro perfil, interna a um prédio, como é na cidade do Rio de Janeiro.

Niterói, 23 de maio de 2018

Assinam esta tese: Amanda Mendes Fraga / André Borba / André Luis Paes Ramos / Andrew Costa / Angela Maria Alves / Anna Beatriz Castro e Oliveira / Arlete Ozorio / Benny Briolly / Bianca Coutinho Cunha / Bruno Magalhães Estupinham / Bruno Santanna Araujo Luiz / Carlos Alberto Lúcio Bittencourt / Carlos Alberto Lúcio Bittencourt Filho / Carlos Artur Teixeira / Carlos Daniel Aguiar Rial / Caroline L. da Silva / Cintia Cunha / Cláudia Regina Santos Ribeiro / Cláudio Eugenio da Silva Loyola Junior / Daniel Vieira Nunes / Danielle Jardim / Danilo George Ribeiro / Débora Franco / Denise Brown / Diego Marino / Edson Rodrigues dos Santos / Elen da Silva Del Giudice / Elisabet Codeço de Almeida Lopes / Érico Brizola Rotta / Ernane Vianna / Felipe Bilanger Rimes / Felipe Freitas / Fernanda Novaes / Flávia Mattos de Azevedo / Flavio Serafini / Flavio Sueth Nunes / Francine Santos Helfreich / Francineide Castilho / Francisco Barros Rebel / Gabriel Velasco / Genilce Ferreira Lotfi / Giovanni Acetti / Guido Tiepolo / Gustavo Queiroz / Heloisa Gama de Carvalho / Hiller Soares Santana / Iani Panit / Isabela Pereira de Oliveira / Jéssica Pietrani / João Inácio Cardoso Rocha / Joaquim Pery / José Joaquim Castro e Oliveira / José Roberto Filho / Josiane Peçanha /

Josileine Dutra de Azevedo Farias / Kelly Robert dos Santos / Laercio José da Silva / Leandra Maria de Oliveira / Luana Mayer de Souza / Lucia Farjado Lopes / Luciano Nunes Araujo (Marginal) / Luiz Orlando Cardoso Correa / Luiza Gomes / Manoel Duarte D'Oliveira / Marcelo Ramos / Marcia Vieira Pacheco / Marcos dos Santos Fuly / Marcos Peixoto de Oliveira / Maria de Carvalho Casa Nova / Maria de Fátima Dantas Castro / Maria José de Mello / Maria Natália Portela Magalhães / Maria Rachel Jasmim / Marlize Maciel de Araujo Porto / Marinalva Silva Oliveira / Marta da Silva / Matheus Godoy / Matheus Rocha / Matheus Rodrigues / Mauricio Gonçalves Margalho / Nathalia Regino Antonio / Nathan Paes / Newton Valente de Mello e Silva Filho / Pamela Machado da Silva / Paula Every Ribeiro da Silva / Paula Máiran / Paula Simões / Paulo André Ferreira / Pedro Berger / Pedro Dantas Berger / Pedro Mansur / Pedro Matsumoto Costa / Rafael Carvalho / Rafael Duarte D'Oliveira / Rejane Dias Correa Machado / Renan Ferreira Barroso / Ricardo Pereira / Robson Wellington / Rodrigo Alcântara / Rodrigo Teixeira / Samantha Su / Sandra Rebel / Saulo Dias / Stephanie Di Chiara / Taiguara Souza / Talíria Petrone Soares / Thales Rabelo / Thiago Melo / Thiago Ururay / Tomás Cardoso / Tulio Mota / Val Lopes / Victor Stuart / Vinicius Codeço de Almeida Lopes / Viviane Ramos / Yeza Faial.

Tese da Resistência e Independentes para o Encontro Municipal do PSOL Niterói

Vivenciamos tempos sombrios, de uma profunda crise econômica, política e social. Apesar dos indicadores do mercado já apresentarem relativa – ainda que tímida – recuperação econômica na taxa de lucros para as classes dominantes, a crise se agrava para a vida da classe trabalhadora.

Ao longo de 2015 e 2016, ocorreu uma mudança na correlação de forças entre as classes sociais no Brasil. O golpe parlamentar que derrubou o governo de colaboração de classes do PT foi o momento chave desta inflexão política. Houve a consolidação de um quadro político caracterizado pela ofensiva política, social e ideológica da burguesia sobre a classe trabalhadora e o povo pobre. Entre 2017 e 2018 a situação defensiva – ainda que com manifestações de resistência – tem sido marcada por uma conjuntura de endurecimento do regime e de elementos reacionários de ameaça às liberdades democráticas. O governo Temer, resultante de um golpe jurídico-parlamentar, com apoio da mídia corporativa, continua atacando fortemente os interesses dos trabalhadores. Desde então, vivenciamos uma ofensiva burguesa para recuperar a taxa de lucro dos capitais via o aniquilamento da legislação protetora do trabalho, desmonte das conquistas democráticas, cortes nos investimentos em áreas estratégicas ao desenvolvimento socioeconômico, primando unicamente pelo crescimento econômico e os interesses de mercado, incontestável trilha para a intensificação da concentração de renda e entrega das estatais. O projeto em curso, de caráter golpista, materializado na PEC dos gastos, na proposta em tramitação da Reforma da Previdência, na aprovação da Reforma Trabalhista (e medidas correlatas como a regulamentação do trabalho intermitente) e na Lei da Terceirização Irrestrita (PL 4302), dentre tantas outras medidas, constituem mudanças qualitativas e sem precedentes. Temer – com a contribuição dos pantanosos Congresso Nacional e Senado – vilipendiou e destruiu a CLT. O PLS 116/2017 que ameaça a estabilidade no serviço público, a Emenda Constitucional 95/2016 e seus impactos, as distintas formas de tramitação do Programa Escola Sem Partido, a imposição da Reforma do Ensino Médio, os cortes orçamentários na educação e áreas sociais, o anúncio de Plano de Demissão Voluntária (PDV) e incentivo a afastamento não remunerado, dentre tantas medidas de desmonte dos serviços públicos e do funcionalismo.

O golpe parlamentar da Direita foi a derrocada do governo de colaboração de classes. Foi estabelecido um governo sem mediações, completamente alheio à vontade popular. Seus agentes apelaram para a mobilização de massas de setores médios e abastados, com uma pauta reacionária incidente sobre os direitos dos trabalhadores, incluindo os servidores públicos como alvo preferencial, vistos como “privilegiados”. Essa mobilização dos setores médios foi impulsionada pela extrema-direita. A burguesia se uniu e passou em bloco para a oposição ao petismo. Enquanto o país mergulhava numa das maiores crises produzidas pelo capitalismo, o Poder Judiciário, por meio da Operação Lava-Jato, em associação com a imprensa de mercado, realizou uma verdadeira “operação” ideológica, deslocando a fonte de problemas estruturais para a “corrupção”, identificada seletivamente como prática do partido do poder até então – o PT – apresentado como representação simbólica de toda a “esquerda”.

Deste modo, a Lava-Jato escancara, há quatro anos, a luta entre duas frações da classe dominante: aquela que quer manter o sistema partidário mais ou menos intacto, e aquela que decidiu deslocar o PT e reformar o regime político. Simultaneamente se agrava a crise no sistema político. A crise política demonstra a instabilidade do sistema e a não homogeneidade de projetos das classes dominantes para saída da crise e para ditar os rumos do país. Há evidentes divisões políticas no interior da burguesia, a despeito de seu consenso econômico em torno do programa de reformas e ajuste fiscal. As forças políticas burguesas que apoiam a Lava Jato e a politização do Judiciário pretendem impor reformas reacionárias no sistema político, a partir do endurecimento do regime e sem margem para qualquer projeto de conciliação de classes ou reformas progressistas. Portanto, o programa político e econômico do golpe é reacionário. Infelizmente, alguns setores da esquerda brasileira – que no período, corretamente, sustentaram uma oposição de esquerda aos governos do PT – terminaram colocando-se ao lado do impeachment e, portanto, do golpe parlamentar que impôs Temer e seu projeto.

O assassinato político da vereadora carioca Marielle Franco foi o exemplo mais chocante do endurecimento do regime. Não à toa temos um candidato neofascista com possibilidades de chegar ao segundo turno. O fortalecimento da extrema direita e da nova direita nos últimos anos coloca uma tarefa inadiável: a luta política e ideológica contra esses setores ultrarreacionários. A corrupção e a violência têm sido invocadas por uma ultradireita de inspiração nitidamente neofascista, que cresce em capacidade de mobilização, tornando-se mais audaciosa em suas ações violentas contra os setores

oprimidos e as representações da esquerda e dos movimentos sociais, assim como mais ambiciosa em suas pretensões político-eleitorais. Seu alimento é o medo. Em segundo lugar, é preciso travar um duro combate contra a nova direita. Tanto aquela que aparece por detentora dos tradicionais partidos burgueses, como João Dória e outros novos nomes do PSDB, DEM, etc., como aquela que surge em novas organizações (MBL, Vem Pra Rua, Sergio Moro, Partido Novo, etc.).

O PSOL precisa encampar com vigor a mais ampla unidade de ação para combater a extrema direita e o perigo do neofascismo. Temos que dar uma batalha para construção de ações unitárias com todos aqueles e aquelas que queiram lutar em defesa das liberdades democráticas, em defesa de Lula Livre, contra a intervenção militar e pela punição do assassinato político de Marielle Franco! Nenhuma liberdade para os inimigos da liberdade. Diante do exposto, propomos a construção em Niterói de um Seminário sobre “O avanço da extrema-direita e o fenômeno do neofascismo”, a ser construído de modo unitário com outras organizações.

É preciso destacar a fragilidade orgânica do PT, ainda o maior partido com referência na esquerda, que se transformou em um aparelho eleitoral profissionalizado e, ao mesmo tempo, impotente diante da tarefa de levar milhões às ruas. Mas também não devemos menosprezar o seu peso político e sindical, sobretudo com sua realocação pós-golpe. Quando se decidiram ir para as ruas, já era demasiado tarde. Não conseguiram se defender. Porque mesmo quando estavam sendo encurralados pela pressão burguesa, apostaram na via das negociações (incluindo os partidos golpistas), uma escolha, politicamente, suicida. A CUT e o PT não deram o peso suficiente e, em casos como nas greves gerais, puxou o freio de mão do movimento, perdendo oportunidade de exigir Diretas Já em 2017, no auge da crise de Temer, envolvido em denúncias e escândalos de corrupção. Após a destituição de Dilma e o deslocamento do poder do partido que a elegeu dentro da lógica da conciliação de classes, ascendeu ao governo Michel Temer (PMDB), o representante do partido que pretendia oferecer ao mercado um rápido movimento de recuperação da taxa de lucros e garantias futuras de investimento privado. Contudo, o PT se deslocou do poder para a oposição parlamentar moderada, sendo obrigado a se realocar no movimento sindical. O apoio monumental a Lula expressa essa realocação. A força do petismo, em particular pós-prisão de Lula, é expressiva. A palavra de ordem da maioria dos movimentos tem sido “Lula livre”. Lula venceria todos os cenários das pesquisas. Não à toa o prenderam à toque de caixa. Afastado da

possibilidade eleitoral e preso, encontrará dificuldades em apoiar e eleger um representante petista a altura (Haddad, o mais provável). O PT terá que fazer malabarismos monumentais caso queira chegar ao segundo turno nas condições atuais. Há chances. Mas sua base social ainda não se deslocou de sua direção.

Batalharemos pela Unidade de Ação contra o perigo do neofascismo e o reacionarismo, em defesa das liberdades democráticas. O PSOL precisa se consolidar como um partido de combate, que disputa seriamente as eleições burguesas com peso de campanha militante, mas que deve priorizar a ação direta, o trabalho no movimento dos trabalhadores e nos setores mais avançados da classe trabalhadora, que dará também importância ao trabalho na juventude, ao combate a todo tipo de opressão (na pauta LGBT, de mulheres e negros) e exploração, e com ampla discussão política, programática e teórica com seus militantes e simpatizantes.

Devemos nos orientar por realizar um trabalho político sobre as massas de trabalhadores, com o objetivo de se construir cada vez mais como uma alternativa socialista para as lutas da nossa classe. Nos atos unitários, precisamos da mais ampla unidade de ação. Lutarmos juntos contra o retrocesso de retirada de direitos e a extrema direita, ainda que com programa e projeto eleitoral independente. O PSOL tem nessas eleições candidatura própria. Não podemos confundir unidade de ação (luta contra as reformas, em defesa das liberdades democráticas) com Frente Eleitoral. É preciso trabalhar uma alternativa política à direita e ao lulismo. O PSOL precisa batalhar para que tenhamos atos unitários e que tenham como eixo a luta contra as reformas/ataques aos direitos e também a defesa das liberdades democráticas.

Precisamos, em Niterói, nos conectar com maior peso nos movimentos de luta por moradia, bem como unificar as lutas contra os ataques do prefeito Rodrigo Neves. Devemos ser, portanto, uma força de reorganização da esquerda na cidade, impulsionando as lutas unitárias, espaços de acúmulo dentro da esquerda, mas sempre garantindo a nossa autonomia e identidade programática. Nos atos de frente única o PSOL deve aparecer com toda a força.

O PSOL deve apoiar a construção de uma plenária de movimentos sociais na cidade, de maneira a convocar os movimentos sociais que tem diálogo, mas também aproximando outros que tenham mais relação com a base do PT e PC do B. Na educação podemos ter um peso do partido ainda mais forte, tendo em vista a possibilidade de articular iniciativas entre os movimentos da UFF e o SEPE, dando maior peso às lutas do

funcionalismo público, dos trabalhadores de transporte, incidir no trabalho de base nas favelas, junto aos movimentos de luta por moradia.

Propomos:

a. No âmbito da agitação - poucas palavras para muitas pessoas -, o centro da nossa política para o PT passa pelas exigências concretas para a unidade para lutar pelas pautas democráticas e econômicas. Essas exigências, na agitação, devem vir sempre acompanhadas de diferenciação e delimitação com o petismo e o lulismo.

b. No âmbito da propaganda - muitas palavras para poucas pessoas -, o centro da nossa política para o PT passa pela explicação paciente aos trabalhadores e aos ativistas da falência da estratégia da conciliação de classes do lulismo e do petismo, a qual abriu as portas para o golpe parlamentar e a ofensiva burguesa. Por outro lado, pela positiva, devemos explicar a necessidade de construir uma nova alternativa na esquerda, que nesse momento se expressa na candidatura Boulos e a aliança do PSOL com o MTST.

c. Acreditamos que a superação do lulo-petismo requererá a retomada do trabalho de base, fortalecer os espaços unitários e instrumentos de luta, respeitando as diferenças políticas, sem ultimatoss e autoprocamação. Em espaços de unidade de ação, precisamos trabalhar com as diferenças (ainda que com evidentes distinções programático-eleitorais). Frente aos golpes e novos desafios: reorganizar a esquerda.

Assinam: Alexandre Aguenta / Aline / Andréa Peçanha / Gabriel Arbex / Aruska Patrícia / Roberto DellaSanta / Breno Nascimento / Claudio Correia / Danielle Sampaio / Daniel José Garcia / Diogo de Oliveira / Diogo de Carvalho / Dudu / Fatima Dias / Felipe Mesquita / Fernanda Martin / Fernando Tinoco / Gilberto Mira / Glauco Oliveira / Gustavo Gomes / João Paulo / João Victor Barbosa de Lima / Karina / Leandro Senhorinho / Lennon / Lídia Porto / Lílian / Luiza Leite / Marcela Almeida / Marcelo Badaró / Marilza Barbosa / Marquinhos / Paulo Eduardo Gomes / Pedro / Reginaldo Costa / Renatão do Quilombo / Roberto Mansilla (Che) / Rosa Aletice / Sonara Costa / Stela Francia / Telma Tinoco / Thayssa / Wesley

Fora Temer e Pezão, a intervenção eu digo não!

(CST e independentes)

O governo ilegítimo de Michel Temer segue como um cadáver amargando 3% de popularidade. A reforma da previdência, seu principal projeto, não foi aprovada e a intervenção militar no RJ não resolveu os graves problemas de segurança do Rio de Janeiro. Temer é odiado por mais de 70% da população e não pode seguir governando. Esse governo não tem a menor legitimidade para seguir com sua política de beneficiar os grandes empresários enquanto joga a conta da crise nas costas da população. Precisamos retomar a luta pelo Fora Temer e derrubar esse governo nas ruas.

O grande acordo pactado entre o PT, o PMDB, os tucanos e setores do STF para chegar às eleições com a menor quantidade de “mortos e feridos”, foi questionado com a prisão de Lula. O acordo de delação premiada de Antônio Palocci pode ser uma bomba, não só para o PT, mas também para o PMDB e o PP. Aécio Neves se transformou em réu por receber R\$ 2 milhões em propinas da JBS e Eduardo Azeredo pode voltar para a cadeia. Por outro lado, as denúncias contra Michel Temer, envolvendo o decreto dos Portos e a casa de sua filha são retomadas, deixa a situação do governo mais complicada. É preciso que o PSOL faça a denuncia desses escandalos de corrupção, sem qualquer tipo de seletividade.

No Rio de Janeiro, a intervenção federal, que fez três meses, nada resolveu os problemas da falta de segurança. Pelo contrário, todos os dias pessoas são baleadas e assassinadas, fruto de bala perdida, assaltos e execuções. Mostrando que a política de Temer e Pezão têm fracassado. O desemprego é o maior da região sudeste, atingindo 15%.

As lutas em curso mostram que não há onda conservadora!

Os lulistas dizem que tem um avanço do fascismo, por isso não haveria disposição de luta e caberia a unidade dos partidos “progressistas”. Esta tese vem sendo aceita por parte de setores do PSOL. No entanto, a realidade vem demonstrando o oposto. Em 2017 as mulheres realizaram a greve geral internacional e saíram as ruas exigindo a prisão do machista, misógino e homofóbico Eduardo Cunha, que acabou preso. Em abril realizamos a maior greve geral da história, com 40 milhões de trabalhadores e trabalhadoras cruzando os braços. Em Niterói, fizemos o histórico piquete das barcas. Ocupamos Brasília com a Marcha dos 150 mil. A pressão da base exigia uma segunda greve geral, no entanto as

centrais sindicais (CUT, Força Sindical, CGT, UGT e CTB) desmarcaram as greves em Junho e Novembro, uma verdadeira traição que ajudou a manter Temer no governo. Essas direções abandonaram a luta pelo Fora Temer e hoje atuam contra a unificação das lutas em curso.

Em 2018 a histórica greve dos funcionários públicos de São Paulo derrotou o prefeito João Doria, que tentava de alterar as regras da previdência municipal. Também na greve dos professores de MG contra o governo do PT e dos educadores do ensino infantil contra o prefeito de BH Alexandre Kalil (PHS), ambas reprimidas violentamente pela PM do Governador Fernando Pimentel do PT. A disposição demonstrada na luta desenvolvida pelos estudantes contra o sucateamento da UnB e a greve vitoriosa dos metalúrgicos da Renault do Paraná, são outros exemplos de disposição de luta.

Todo esse processo demonstra que há disposição de luta, apesar das constantes traições das direções burocráticas. Não há onda conservadora nos trabalhadores e trabalhadoras e nem na juventude. A maioria da classe trabalhadora se posicionou contra as reformas neoliberais de Temer. O que há é uma contraofensiva do capital, que em meio a crise econômica tenta aplicar duros planos de ajuste, que muitas vezes não conseguem aplicar como gostariam devido a resistência dos trabalhadores, que lutam independente da traição das direções, essas sim embutidas de uma atitude conservadora.

Isso não significa dizer que os setores da direita reacionária, que se utilizam de métodos fascistas, como os que dispararam tiros contra a caravana de Lula e contra o acampamento dos que fazem vigília em Curitiba, tal como os massacres de moradores pobres das periferias, não devem ser repudiados com veemência. É necessário denunciar Bolsonaro, MBL e Vem para Rua e suas políticas reacionárias! E defendemos a mais ampla unidade de ação nas ruas, independente da sigla, para combater a extrema direita. No entanto, isso não significa dizer que existe uma onda fascista que nos obrigue a construir uma frente democrática com o PT, PCdoB, PDT e PSB, todos partidos da ordem.

Construir um terceiro campo!

A direção majoritária do partido vem propondo a construção de uma Frente democrática para combater uma suposta escalada autoritária, com PT, PCdoB, PSB e PDT. Trata-se de uma frente eleitoral, que defende os governos petistas de Lula e Dilma e a inocência de Lula. Não podemos nos vincular a esses partidos, que em nada

representam os interesses da nossa classe e que já estiveram no governo retirando nossos direitos.

É hora do PSOL romper definitivamente com o lulopetismo e construir um terceiro campo com o PCB, o PSTU, se apoiando nas organizações do movimento como a CSP/Conlutas, o MTST, a Intersindical o movimento estudantil a construir ações pela investigação e punição de todos os corruptos, retomar com tudo a luta pelo Fora Temer e suas reformas neoliberais! Pela revogação da reforma trabalhista e da EC 95. É preciso exigir que se suspenda o pagamento da dívida pública, que destina metade do orçamento da união para o bolso dos empresários e banqueiros, e que esse dinheiro seja investido nas áreas sociais, em saúde, educação, aumento de salário e em um plano de combate ao desemprego.

O PSOL Niterói deve continuar sendo um pólo de resistencia à política da Unidade Socialista, que tem o intuito de domesticar o PSOL. Apontando a necessidade de construir uma frente de esquerda, nas lutas e nas eleições. Por um terceiro campo, que combata a direita tradicional representada pelo PSDB, a extrema direita encabeçada por Bolsonaro mas também o lulismo, a política de conciliação de classes e suas traições a frente da direção da CUT/CTB e Une/Ubes.

Lutar por Justiça para Marielle e Anderson!

Há dois meses nossa companheira Marielle Franco foi brutalmente assassinada, juntamente com o companheiro Anderson. Trata-se de um crime político, Marielle era uma importante figura pública do PSOL - principal partido de oposição do Estado. Uma companheira oriunda da favela, negra e bissexual.

Em repúdio a tudo isso, 500 mil pessoas tomaram as ruas em todo o país para protestar contra essa brutalidade. Nosso Encontro Municipal deve reafirmar que é necessário seguir nas ruas até que esse crime bárbaro seja elucidado. Que os assassinos e mandantes sejam encontrados, julgados e que recebam penas a altura de seus crimes.

Mulheres seguem se mobilizando!

Em toda a história, as mulheres arrancaram seus direitos através de muita luta e, desde 2015, estão na linha de frente travando batalhas em diversos processos, lutando por seus direitos, influenciando nas agendas políticas e contra o ataque dos governos. Assim como em 2017, em que ocuparam as ruas do mundo inteiro no dia 8 de março pelo fim

dos feminicídios e contra as ofensivas dos governos, neste ano, essa data também aconteceu num cenário que exigiu muita luta e resistência. O governo Temer declarou guerra com a reforma da previdência, reforma trabalhista e outros ataques que afetam principalmente a vida das mulheres.

Em Niterói as mulheres também estiveram mobilizadas no último período, fazendo atividades e atos de rua. Por exemplo em resposta ao caso do estupro corretivo ocorrido recentemente na cidade, que gerou uma forte mobilização contra o machismo e a lesbofobia e responsabilizando a prefeitura de Rodrigo Neves pela falta de segurança para as mulheres em Niterói. A atuação do PSOL na câmara dos Vereadores também vem refletindo essas lutas, destacamos a lei 3.321 do mandato da vereadora Talíria que tipifica como crime o assédio sexual nos transportes coletivos. Esse é um importante avanço na luta contra a opressão machista.

Só a luta muda a vida! Com Tarcísio e Chico!

No Rio de Janeiro, o PSOL apresenta duas alternativas: Tarcísio nosso pré-candidato ao governo do estado e Chico pré-candidato a senado. Duas alternativas frente à podridão da política fluminense. Em 2014, fizemos uma campanha vitoriosa contra os quatro Cabrais (Pezão, Lindberg, Crivella e Garotinho). No pleito de 2018 devemos seguir denunciando a política falida do PMDB, que junto com o PT são os responsáveis pela crise no Rio de Janeiro. Para este pleito devemos construir um programa de esquerda e radical, com Tarcísio e Chico, em oposição a todos os partidos da ordem, à serviço das lutas, que apresente um programa de esquerda, contra a retirada de direitos e que chame a população a se mobilizar; pelo Fora Temer e Pezão; abaixo a intervenção federal; contra o genocídio da juventude negra nas favelas e em defesa das pautas feministas e dos LGBTs.

Governo Rodrigo Neves: segue os ataques aos trabalhadores e a juventude

A prefeitura de Rodrigo Neves (PDT), em uma coalizão com partidos como PT, Pcdob e PMDB, segue um projeto de sucateamento dos serviços públicos e retirada de direitos dos trabalhadores do município. O problema da segurança na cidade também é enorme, principalmente para as Mulheres, a população negra e periférica e as LGBTs. E grande resposta de Neves para isso foi militarizar e arma a guarda municipal, proposta que foi amplamente rechaçada no plebisicito ocorrido na cidade. Existem também ataques

aos pescadores de itaipu, aos trabalhadores ambulantes e à educação. O PSOL cumpre um papel fundamental de oposição de esquerda a essa prefeitura, e foi fundamental para a vitória massiva do NÃO no plebiscito por exemplo. A prefeituraO partido deve continuar atuando como faz no parlamento, nos movimentos sociais, no SEPE, SINTUFF e DCE da UFF, mobilizando os trabalhadores e a juventude contra a retirada de direitos operada por Rodrigo Neves, Pezão e Temer.

Todo apoio à Greve da educação municipal! #NegociaRodrigo

Os trabalhadores da educação municipal estão protagonizando uma forte greve por melhores condições de trabalho, reajuste salarial, enquadramento de formação, convocação dos aprovados no ultimo concurso entre outras pautas. Mostram nesse sentido muita disposição de lutar por seus direitos. Rodrigo Neves mostra seu caráter autoritário e se nega a negociar com os trabalhadores. Devemos cercar de apoio essa luta e ajudar a pressionar a prefeitura para que atenda às demandas dos profissionais da educação.

Construir uma chapa Unitária da Esquerda para o Diretório de Niterói

Em Niterói as diversas correntes do partido tem atuado de forma unitária. Foi assim por exemplo no piquete das barcas em 2017, quando a atuação do PSOL niterói foi muito importante para ganhar os trabalhadores marítimos para a greve, apesar da política das cupulas das centrais sindicais de desmontar as mobilizações. Também após o assassinato brutal de Marielle e Anderson, quando houve uma importante unidade do partido em dar resposta a este crime bárbaro, por isso o PSOL esteve na construção de mobilizações exigindo justiça. Na juventude foi fundamental a unificação das diversas correntes do partido para a formação de uma chapa de esquerda, junto com os companheiros do PCB e PSTU, que derrotou a burocracia da UJS e do PT no DCE da UFF. Além disso, destacamos a atuação do PSOL frente às políticas de sucateamento da saúde da prefeitura, como por exemplo a defesa do Hospital Universitário Antônio Pedro contra a EBSEH, a defesa do hospital e dos trabalhadores de Jurujuba contra o fechamento de serviços, em defesa da universidade, dos trabalhadores ambulantes e dos pescadores de Itaipu.

Por toda essa conjuntura é fundamental a unidade do partido na cidade, por isso propomos uma chapa unitária da esquerda para a Direção do PSOL de Niterói, que tenha o eixo de seguir nas ruas por Justiça para Marielle e Anderson; o apoio as lutas e

mobilizações; pelo Fora Temer e Pezão e contra os planos de ajuste; em defesa das pautas feministas e LGBTs. Para construir de forma unitária em Niterói as campanhas de Tarcísio e Chico! Para nós esses são pontos fundamentais que podem unificar o conjunto do partido na cidade, o que não significa diluir as divergências políticas que temos, que devem seguir sendo debatidas.

Assinam:

Pedro Rosa Cabral / Cirlene Coelho de Mattos Chagas / Carlos Abreu Mendes / Bernarda Thailania Ferreira / Michel de Oliveira Lima / Mariana Borzino / Mariana Nolte / Alessandra Primo / Antonia Sheila Ferreira Melo / Leandro do Carmo Galindo / Varvara Sofia / Alberto Marins / Marcello Bertolo / Claudia Gonzales / Edmilson Luiz Alves da Conceição / Neusa Maria da Costa / Ana Maria Braga do Nascimento / Aluizio Pereira do Carmo / Ana Lucia Leandro Galindo / Cleonici Maria da Conceição / Danilo Coelho de Mattos Chagas / Heloiza Helena Gonçalves Neves / Maria José da Conceição Baptista / Ligia Regina Antunes Martins / Nereu Francisco da Costa / Rute Helena Gonçalves Carvalho / Jessé Brandão da Luz / Jonelza Salomão / Ana Damasco / Bruno Pacífico / Isabela Melegario / Ivana Fortunato / Lucas Onorato / Rômulo Abreu / Caio Sepúlveda / Felipe Nogueira / Lais Sathler.

Contribuição Feminista ao Encontro Marielle Vive do PSOL Niterói

As mulheres têm se mostrado protagonistas de grandes lutas em todo o mundo — o 8 de Março de 2017 foi o marco de um ascenso internacional que culminou em grande greve internacional. Nós mulheres paramos atividades e fomos às ruas em mais de 40 países, contra as diversas violências que sofremos, contra os ajustes dos governos neoliberais e pelos nossos direitos. A primavera feminista também se opôs a PEC 181 — que tentava restringir ainda mais nosso direito ao aborto. Essa mobilização impulsionou as jornadas de março, contra a reforma da Previdência, e a forte greve geral de 28 de abril de 2017, com participação de milhares de jovens e trabalhadoras, mostrando ao Governo Temer que não iríamos abrir mãos de nossos direitos sem lutar.

No mundo inteiro, movimentos feministas marcharam contra as propostas conservadoras dos seus governos. Na Argentina, o movimento Ni Una Menos, impulsionado após o assassinato da adolescente Lucia Perez, em 2016, se levantou e permanece em luta contra o feminicídio. No mesmo ano, na Polônia, houve uma greve contra a proibição do aborto. Já em 2017, nos EUA, houve grandes marchas de mulheres contra o presidente machista, misógino, racista e reacionário Donald Trump. Em 2018, ocorreu a luta das feministas árabes no Oriente Médio, o levante das mulheres chilenas contra a violência dentro e fora das Universidades, a greve geral Espanhola e a luta das argentinas no enfrentamento a Macri em manifestações por todo país no 28 de maio para tornar o aborto legal. Todas essas mobilizações demonstram que as mulheres seguem mundo afora enfrentando os discursos conservadores de ultradireita e até mesmo ideias relacionadas ao fascismo.

Em 2018, seguimos mobilizadas contra a situação de violência, vulnerabilidade e superexploração em que nos encontramos, sobretudo as mulheres pobres, negras e periféricas. Protagonizamos um grande ato no Rio de Janeiro neste 8 de março, no entanto, neste mesmo mês sofremos um duro golpe: o assassinato brutal de Marielle e Anderson.

Marielle foi executada por sua luta, por denunciar a intervenção militar e o extermínio de negros e negras, porque ela própria era mulher, feminista, LGBT, negra, “cria da Maré”. Foi um crime político, um atentado contra todas e todos nós da esquerda. Aqueles que a mataram tentaram nos intimidar. “Não sabiam que éramos sementes”.

Marielle denunciava o acirramento do genocídio e do encarceramento negro, da violação de direitos humanos e a farsa representada pela intervenção federal militar iniciada em fevereiro no Rio de Janeiro, justamente em meio à situação caótica provocada pela mais grave crise político-econômica da história recente do estado. O saldo dessa intervenção já vemos: o próprio assassinato da nossa vereadora, até hoje não solucionado, o aumento da violência do Estado contra moradores de favelas e da periferia, cada vez mais criminalizados. Somente nos dois primeiros meses da intervenção federal (de 12 de fevereiro a 16 de abril), o número de chacinas dobrou de seis para 12 no Rio de Janeiro.

Em Niterói não é diferente: a violência tem, nitidamente, cor e endereço. Um em cada três homicídios é de autoria da polícia, o que demonstra a política de extermínio contra a população negra da cidade. Entre os mortos pela polícia, 70% são negros e a maioria vive em favelas e na periferia. O prefeito Rodrigo Neves tentou armar a Guarda Municipal, que funciona na mesma lógica racista e violenta da PM, criminalizando principalmente trabalhadores informais da cidade, pessoas em situação de rua e movimentos populares. Por exemplo, em maio, os profissionais de educação em greve foram alvo de spray de pimenta disparado por guardas durante uma manifestação.

O armamento da Guarda foi amplamente rechaçado pela população, com 70% de votos contra a medida em uma consulta popular, mas logo em seguida o prefeito criou a Operação Niterói Presente e contratou homens armados que passaram a formar mais uma força de segurança armada na cidade. Além disso, anunciou o Pacto da Paz, para a elaboração de um Plano Municipal de Segurança Pública, por meio de contrato com a ONG Instituto Comunitas, uma fachada para a atuação de grandes empresas nas políticas públicas da nossa cidade já tão privatizada.

Violência de gênero, raça e classe

Segundo dados do Dossiê Mulher 2018 do ISP (referentes a 2017), mulheres são a maioria esmagadora das vítimas de estupro no Estado do Rio (84,7%), tentativas de estupro (90,1%), lesões corporais (64,5%), assédio ou importunação (92,1%), ameaça (67,6%) e violência moral (72,8%). A Grande Niterói responde por cerca de 10% dos casos registrados de crimes contra mulheres no estado. Embora a violência de gênero não

selecione classe social, vale ressaltar que as mulheres moradoras de favelas e da periferia são as mais vulneráveis e expostas à naturalização dessa violência, com quase nenhum acesso a redes de apoio e não contam com os serviços públicos de atenção à mulher.

Em Niterói, embora afrodescendentes correspondam a 36% da população, o índice de homicídios de pessoas negras chega a 66%. Entre as vítimas, o assassinato de mulheres negras subiu 54% em dez anos, enquanto o de mulheres brancas caiu 10%. Segundo o Rio Sem Homofobia, só em Niterói, há o registro de um caso de agressão a LGBTs por dia na cidade.

Toda essa violência ocorre no mesmo cenário em que se observa a ascensão de figuras parlamentares como os Bolsonaro e Carlos Jordy, que usam a tribuna e seus mandatos para defender torturadores, a ditadura militar, perpetuando ideias conservadoras e o preconceito. A atuação desses parlamentares se reflete no crescimento dos discursos de ódio nas redes sociais, nas fake news, e na perseguição e intimidação de ativistas feministas, negros e negras e LGBT's.

Em Niterói, o fenômeno nacional — em torno do debate da tal “ideologia de gênero” e do Movimento Escola sem Partido — se expressa na própria legislação, por meio do Plano Municipal de Educação, que atualmente proíbe o ensino da igualdade de gênero e da diversidade sexual nas escolas municipais, promovendo a perseguição dos educadores comprometidos com essa causa. Essa proibição se deu por meio da aprovação de uma emenda nesse sentido na Câmara Municipal. Essa realidade de coerção e do avanço do pensamento conservador afeta principalmente nós mulheres, neg@s e LGBTs.

Convivemos em nossa cidade com níveis assustadores de violência física, sexual e simbólica. Na mesma semana em que Sara Winter, com seu discurso antifeminista, visitou a Universidade Federal Fluminense, em abril deste ano, uma jovem de 22 anos sofreu um estupro corretivo saindo da Cantareira, seu algoz pretendia lhe fazer “gostar de homem”. A barbaridade do caso gerou uma forte mobilização, com mais de 70 mulheres que fizeram um importante ato na cidade pelo fim da cultura do estupro e da LGBTfobia. O caso ainda não foi solucionado, o que evidencia também a fragilidade das saídas institucionais que contamos para denunciar as violências que sofremos. Em outro exemplo, depois do assassinato de Marielle, em março, duas jovens lésbicas tentaram

denunciar o assédio cometido por um agente penitenciário, no presídio da Rua São João, mas foram algemadas e espancadas por dois PMs e em seguida também por um policial civil na 76 DP.

Contamos com apenas uma DEAM na cidade onde os policiais são homens e não estão preparados para acolher mulheres em situação de violência. Além disso, só em maio tivemos três travestis assassinadas na cidade. A vulnerabilidade se agrava com a instabilidade na oferta na nossa de uma rede de atendimento às pessoas transexuais.

Sobre as políticas públicas de Rodrigo Neves

O governo Rodrigo Neves (PDT), apoiado pela quase totalidade da Câmara Municipal, não representa as mulheres. O modelo de cidade aqui empreendido, pautado na lógica de uma cidade-mercadoria, representa a continuidade de um projeto político a serviço de grandes empresas (setor imobiliário, lojistas, transportes, setor naval) que norteou a atuação de governos anteriores como o de Godofredo Pinto (PT) e de Jorge Roberto Silveira (PDT). Rodrigo, por sinal, participou de tais governos e não mudou de projeto, apenas de legenda, tendo passado pelo PT e pelo PV, estando agora no PDT. O prefeito, envolvido na Lava Jato, mantém um discurso progressista, mas continua a servir aos interesses do capital enquanto realiza cortes brutais nas políticas públicas, aumentando ainda mais o fosso da desigualdade social em nossa cidade.

O quadro é de precarização geral. Na saúde, com falta de pessoal e de recursos, e com uma crise no serviço mental, com denúncias de práticas abusivas e maus tratos, em especial na unidade Alfredo Neves. Na educação, há o fechamento de turmas, falta de merenda, o sucateamento das escolas, creches públicas e educação inclusiva. Na assistência social, enfrentamos a perseguição e recolhimento arbitrário das pessoas em situação de rua. Nas mais diversas áreas, verifica-se a substituição de concursados por contratados em regimes precários. Todo esse desmonte atinge principalmente a nós mulheres, sobretudo as mulheres negras e pobres que dependem dos serviços públicos.

A violência se expressa também nas maternidades públicas da nossa cidade. Estamos longe de alcançar a humanização do atendimento no parto, no qual o

protagonismo e o corpo da mulher deveriam ser respeitados. Por isso, lutamos pelo direito à informação, pelo fim das práticas obstétricas violentas, por suporte médico e psicológico para que essas mulheres gestantes possam fazer suas escolhas, e que essas sejam respeitadas, assim como seus direitos garantidos por lei, como a presença de acompanhante e doula.

No caso do aborto, apenas 37 maternidades são habilitadas para realizar o procedimento, sendo somente uma no RJ e nenhuma em Niterói. Há mais de um ano, a bancada do PSOL tenta aprovar uma Proposta de Emenda à Lei Orgânica para garantir o atendimento da vítima de estupro sem a obrigatoriedade de apresentação do registro policial e um Projeto de Lei para garantir o acesso ao aborto humanizado e legal.

Sobre o Mandato Negro, Popular, Feminista e LGBT

O ascenso das lutas feministas se traduziu por todo o país em um fenômeno eleitoral que no PSOL se desdobrou na eleição de 10 vereadoras mulheres, entre as quais, Talíria, única mulher em exercício à frente de um mandato na Câmara de Niterói desde janeiro de 2017, no caso, o Mandato Negro, Feminista, LGBT e Popular. Talíria juntou-se ao outro vereador em exercício do PSOL na Câmara, Paulo Eduardo Gomes, formando uma bancada de luta e de resistência ao modelo de cidade-mercadoria protagonizado pelo prefeito Rodrigo Neves e sua base de sustentação no Legislativo.

Desde a eleição, Talíria se tornou alvo de ameaças e ataques nas redes e nas ruas da cidade, protagonizados por setores da extrema direita conservadora e reacionária da cidade, liderados pelo também pela primeira vez eleito vereador Carlos Jordy, político do grupo dos Bolsonaro e ativo militante do Movimento Escola Sem Partido, que recentemente mudou do PSC para o PSL. Nas redes, promovem manifestações ostensivas de machismo, racismo e homolebóbifobia.

Em novembro de 2017, chegou ao ápice o nível das agressões. Um homem ligou seguidas vezes para a sede do PSOL à procura da “piranha que vocês elegeram como vereadora”, com a ameaça de que jogaria uma bomba. Somente após o assassinato da vereadora do Rio Marielle Franco, em 14 de março, a polícia identificou e localizou o

autor da ameaça, que admitiu ter cometido o crime por motivação política, influenciado por discurso de Jordy.

Em função do conjunto das ameaças, por ainda permanecer inconclusa a investigação do motivo, dos autores e do mandante do assassinato de Marielle e pela extrema afinidade de perfil e de causas de Talíria e a parlamentar assassinada, o PSOL reivindicou proteção para a vereadora de Niterói, pedido prontamente acolhido pela Secretaria de Segurança Pública, que providenciou escolta policial para o veículo blindado garantido pelo partido. Um pedido de providência do blindado feito à Presidência da Câmara de Niterói até hoje não teve resposta.

O mandato coletivo de mulheres, negras e LGBTs foi eleito para transgredir dos limites da institucionalidade e de fato tem atuado firmemente na contramão da lógica dominante no espaço da Câmara. Não é de hoje que o Legislativo de Niterói funciona meramente como instrumento de sustentação da política do Executivo, votando habitualmente conforme a orientação do prefeito.

Além da bancada do PSOL, formada também pelo vereador Paulo Eduardo Gomes, o restante da oposição se manifesta pela direita, representada nesse caso pelos vereadores Jordy e Bruno Lessa (PSDB). Essa oposição pela direita não conflita, no entanto, com o projeto dominante de cidade-mercadoria, por meio do qual os grandes empresários da construção civil, do comércio lojista e dos transportes fazem a Prefeitura se curvar aos seus interesses elitistas e segregacionistas. Na maior parte, os vereadores atuam conforme o resultado de suas negociações de cargos e vantagens na relação com o governo municipal. De modo geral, prevalece a cultura do pragmatismo político e do conservadorismo reacionário, do clientelismo e do fisiologismo.

Em um ano e quatro meses, a partir da avaliação dos casos atendidos e das denúncias recebidas, para além de inúmeras iniciativas — como o projeto de lei aprovado em 2016, de campanha contra o assédio nos ônibus —, o mandato estimulou a organização de muitas lutas, a partir de denúncias na imprensa e da realização de reuniões, atos públicos e audiências públicas, entre outras iniciativas. Foi importante o papel do mandato no fomento e apoio a iniciativas como a criação do Setorial LGBT do PSOL, do Fórum de Luta por Moradia, o GT da Criança e do Adolescente, do fórum ainda em

construção de luta por um processo participativo e popular de construção de um plano municipal de segurança e de luta pelo não armamento da Guarda, além do recém-criado Fórum de Mulheres Marielle Franco.

Com isso, destacamos ainda que:

1. Defendemos uma concepção de feminismo classista, popular, interseccional, integrado a nossa estratégia socialista. Para isso, é fundamental disputar essa concepção nos espaços em que nos organizamos: a emancipação humana é nosso horizonte. Nossa tática de combate ao machismo deve levar em consideração essa concepção;
2. Consideramos que a política de ajuste pelo governo ilegítimo de Michel Temer — com corte de verbas das políticas para as mulheres, aprovação da reforma trabalhista e a lei das terceirizações, o congelamento nos investimentos em saúde, educação e moradia, entre outros, que levam à precarização da vida e do trabalho — representa um ataque aos direitos das mulheres trabalhadoras;
3. Repudiamos a política de conciliação utilizada pelo PT que, no governo, favoreceu aos banqueiros e grandes empresários, enquanto cortava verbas da saúde, da educação e de combate à violência contra as mulheres;
4. Rechaçamos a política da ultradireita reacionária, ancorada na figura dos Bolsonaro e, em Niterói, de Carlos Jordy, e todos os ataques à vida das mulheres, LGBTs e negras e negros;
5. Em Niterói, estamos contra o projeto de Rodrigo Neves que segue a mesma cartilha do governo federal de ataque e precarização. Defendemos uma alternativa de esquerda para mulheres, negras e negros, LGBTs e a classe trabalhadora, que organize e fortaleça as lutas por direitos;
6. Reforçamos a necessidade de retomarmos a regularidade do funcionamento do Setorial de Mulheres do PSOL, como um espaço autônomo e que potencialize

nossa auto-organização, que seja pautado por princípios democráticos e pelo respeito às instâncias partidárias;

7. Reivindicamos que o PSOL fortaleça e garanta estrutura para as candidaturas feministas comprometidas com o impulsionamento do nosso programa classista e de luta;
8. Reivindicamos creches nos espaços partidários e que não haja divisão sexual das tarefas dentro dos espaços de direção;
9. Propomos a realização de seminários de formação feminista mistos, com obrigatoriedade de participação para membros em cargos de direção e, em especial, a participação das niteroienses no Seminário Nacional de Mulheres que será realizada em 15 e 16 de junho no Rio de Janeiro;
10. Por fim, defendemos que a agenda feminista não seja de atenção apenas das próprias mulheres, mas, sim, que seja transversal a todo o programa e funcionamento do PSOL.

Contribuição do Núcleo Frei Tito sobre violações de direitos humanos na cidade

Assistimos no Brasil a um inequívoco crescimento de um conservadorismo de contornos fascistas que se reflete em níveis regional e local, com o fortalecimento de figuras públicas e movimentos cujo discurso vilipendia frontalmente os direitos humanos. Embora creiamos não ser possível, ainda, falar em um movimento propriamente fascista a se expandir pelo Brasil, temos consciência de que, enquanto esquerda socialista, precisamos combater essa tendência desde já, antes que ela de fato se organize.

Nesse contexto, é declarada intervenção federal militar na segurança pública do Rio de Janeiro, com o pretense objetivo de colocar ordem no suposto caos instaurado no estado, sobretudo após o Carnaval, quando pipocaram nas redes de televisão imagens de arrastões e assaltos. Essa intervenção, porém, até o momento se mostrou incapaz de fazer reduzir qualquer índice de criminalidade no estado, servindo apenas para aprofundar a lógica militarizada que há anos impera na Segurança Pública do Rio, visto que está a cargo do Exército. É digno de nota, nesse sentido, que, de acordo com o Observatório da Intervenção, o número de chacinas no estado dobrou após o decreto de Temer.

Em Niterói, esse crescimento do conservadorismo vem se dando tanto por fora da administração municipal, com a eleição de parlamentares cujo discurso chega às raias do fascismo e com a organização, na sociedade civil, de movimentos de diversos matizes de direita, como por dentro da administração municipal.

Se a prefeitura de Rodrigo Neves nunca pôde ser chamada propriamente de progressista — ao menos no campo da ordem pública e da segurança pública, como o demonstra a nomeação, em 2013, de Marcus Jardim, coronel que ficou famoso por dizer que “a PM é o melhor inseticida social” para Secretário de Ordem pública, cargo que ocupou até sua morte —, é fato que ela vem recrudescendo nessa posição. Os exemplos são muitos.

Para começar, podemos citar as ganas do prefeito Rodrigo Neves em articular, junto ao governo estadual, o retorno do uso do Caveirão nas operações da polícia em Niterói. Neves é um grande defensor dessas operações, que em 2017 foram responsáveis por um em cada três homicídios registrados na cidade. Além disso, a prefeitura tem

despendido enormes quantias do erário público para pagar bonificações a policiais e para auxiliar na manutenção de viaturas da PM. Desde 2013, de acordo com a própria prefeitura, foram gastos com isso mais de R\$ 100 milhões.

Não obstante, Neves segue a patrocinar a militarização da cidade ao nomear sucessivos oficiais da Polícia Militar para o cargo de Secretário de Ordem Pública, o que, no mais das vezes, acabar por imprimir uma lógica militar de gestão da ordem pública e da Guarda Municipal. Essa concepção acarreta em prejuízos, sobretudo, para dois setores: 1) os próprios agentes da Guarda Municipal, que, mesmo sendo civis, são submetidos a treinamentos muitas vezes degradantes e a uma hierarquia extremamente rígida, com constantes denúncias de assédio moral, enquanto, por outro lado, não recebem condições dignas de trabalho, sendo obrigados a ficar de serviço em instalações insalubres; e 2) os diretamente atingidos pelas ações da Guarda Municipal, ou seja, prioritariamente trabalhadores ambulantes e pessoas em situação de rua e, subsidiariamente, manifestantes cujos atos são reprimidos pela instituição. Neves segue apostando na repressão, como o comprovam os trabalhadores ambulantes da cidade, sendo digna de registro a perseguição da prefeitura contra os artesãos nômades que atuam nas ruas em Niterói.

Vale ressaltar que Rodrigo Neves iniciou, já em 2013, uma tentativa de transformação da Guarda Municipal em má espécie de polícia municipal. Para isso, comprou armamento menos letal para os agentes, como spray de pimenta e armas taser, criou um grupo de ações táticas — treinado pelo Bope — nos moldes do Batalhão de Choque da PM e, mais recentemente, tentou municiar os agentes com armamento letal por meio de uma consulta pública.

A consulta sobre o armamento da Guarda Municipal representou uma grande e surpreendente derrota da prefeitura, que, inclusive, já havia anunciado a compra de todo o armamento e treinado os guardas. Essa vitória apenas foi conseguida após intensa pressão e mobilização popular, que, através da Frente Pelo Não Armamento da Guarda Municipal de Niterói, realizou debates, panfletagens e atividades culturais pela cidade. Deste modo, apesar de todo o boicote da prefeitura, que usava todo o peso da máquina pública — o prefeito chegou a ordenar que agentes em serviço fizessem campanha pelo armamento — e nunca se preocupou em garantir um processo de todo transparente,

obtivemos uma acachapante vitória, com 71% dos votantes dizendo um rotundo NÃO ao armamento da Guarda Municipal.

Poucos dias após a derrota da prefeitura na consulta pública, entretanto, Rodrigo Neves anunciou a contratação de cerca de 150 “agentes civis” (preponderantemente policiais aposentados e militares da reserva) que, armados, fariam o patrulhamento de alguns bairros da cidade, começando, como seria de se esperar, por Icaraí. Com essa contratação, Neves desrespeita a decisão da população niteroiense que foi às urnas rejeitar a presença de mais armas nas ruas.

É preciso registrar, também, que, nesse contexto de militarização da vida e crescimento do conservadorismo na cidade, começam a acontecer, em especial nos bairros de maior poder aquisitivo, suspeitos assaltos a bares e outros estabelecimentos comerciais, com homens fortemente armados, o que leva a uma onda de contratação de empresas de segurança privada, muitas delas atuando de modo francamente irregular na cidade. Ao mesmo tempo, surgem fortes suspeitas de que tais atos criminosos teriam sido orquestrados para forçar a contratação de segurança privada, e que milícias estariam começando a atuar na cidade.

Para além disso, é necessário dizer que o modelo de assistência social da cidade tem se caracterizado por um alto grau de criminalização das pessoas em situação de rua. A título de exemplo, vale mencionar a operação da Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos em conjunto com a polícia, que levou mais de 80 pessoas em situação de rua, entre elas um adolescente de 13 anos, para a delegacia em abril do ano passado. Tais operações têm sido a regra na cidade, e se somam a iniciativas como a campanha empreendida pela prefeitura contra a esmola.

É preciso registrar, ainda, que é perceptível o crescimento da violência LGBTfóbica na cidade, tendo sido contabilizados diversos casos emblemáticos no último período, tais como o de um estudante gay da UFF espancado por um policial civil dentro de uma delegacia, e o de uma companheira do PSOL, lésbica, espancada por um homem na rua.

É preciso reverter a lógica de militarização, seja simbolicamente, ao não mais nomear coronéis para a Secretaria de Ordem Pública, como também ao começar a tratar

a questão dos ambulantes como uma questão trabalhista, e a questão dos artesãos nômades como uma questão cultural. Além disso, é necessário que se interrompa o uso da Guarda Municipal na repressão de protestos, como ocorreu nas recentes manifestações dos professores da Rede Municipal.

É fundamental que a Prefeitura entenda seu papel no que tange à segurança pública e com isso pare de desviar dinheiro dos cofres municipais para a PM: muito mais eficaz e pertinente é o investimento na estruturação e ocupação dos espaços públicos, na melhoria da iluminação pública e na realização de atividades culturais, esportivas e de lazer, além da garantia do acesso a direitos básicos como saúde e educação.

O programa “Niterói Mais Segura”, que colocou agentes aposentados da PM e do Exército armados nas ruas, precisa ser imediatamente suspenso, uma vez que a população de Niterói já disse que não acredita que mais armas são sinônimo de mais segurança. Ao mesmo tempo, é preciso investigar a fundo a questão das empresas de segurança privada na cidade e as denúncias sobre a atuação de milícias em Niterói.

Do mesmo modo, a lógica que hoje rege os serviços de assistência social na cidade, altamente criminalizadora, deve ser totalmente reformulada, e serviços de acolhimento para a pessoas LGBT vítimas de violência devem ser implementados, sobretudo em um cenário em que os programas estaduais, como o “Rio Sem Homofobia”, estão à beira da falência. E em Niterói, pelo menos a julgar pelos mais de R\$ 100 milhões dados para a polícia desde 2013, não se pode alegar que falta dinheiro.

Cresce o conservadorismo em Niterói, mas também cresce a luta. Cresce a nossa responsabilidade, enquanto militantes socialistas e defensores dos direitos humanos, em apostar na contínua defesa da vida e da garantia e ampliação de direitos. Mais do que nunca, não é hora de recuar, ceder ou estagnar. É hora de avançar.

Assinam: André Pereira Gomes / Andrew Costa / Daniel Vieira Nunes / Elen Del Giudice / Felipe Bilanger / Flavio Serafini / Francine Helfreich / Francisco Rebel / Gustavo Queiroz / Jéssica Pietrani / João Paulo Oliveira / José Carlos Martins / Luana Mayer / Matheus Rodrigues / Paula Máiran / Pery Junior / Talíria Petrone Soares / Thiago Melo / Rafael Duarte / Stephanie Di Chiara.

Contribuição sobre a inclusão de pessoas com deficiência

As políticas públicas em particular as de caráter social, por serem um dos aparelhos responsáveis pela manutenção da hegemonia do capital, atendem parcialmente e de forma ineficiente aos interesses da grande maioria da população. Através das condições estruturais nas quais as políticas públicas estão imbricadas será possível perceber como o Estado vem se articulando para a manutenção do projeto societário hegemônico atual. A falta de compromisso dos governos é enorme, que propõem políticas mas não as garantem na prática, ou quando propõem, são políticas excludentes. Este cenário se agrava ainda mais quando se trata de políticas públicas sociais para pessoas com deficiência.

As pessoas com deficiência, nos últimos anos, estão saindo do processo de segregação e ganhando visibilidade na sociedade, mas esta ação se torna paradoxal quando se deparam com barreiras arquitetônicas, comunicacionais, pedagógicas e, principalmente atitudinais. As Políticas Públicas, construídas sob a égide do capital, vem se desobrigando em assegurar acessibilidade arquitetônica, comunicacional, pedagógica e social para garantir o direito as pessoas com deficiência.

Participação e inclusão na sociedade, igualdade de oportunidades, acessibilidade e não discriminação são temas inerentes aos direitos humanos e representam aspectos do respeito e da valorização da diversidade humana. A luta pelos Direitos Humanos norteia as ações do PSOL com o objetivo de acabar com todas as formas de exclusão. E não seria diferente na luta pelos direitos das pessoas com deficiência com a defesa da inclusão, acessibilidade e a mobilidade nas áreas da educação, saúde, transporte, assistência social, trabalho e emprego, esportes e cultura.

A luta deve ser para ter políticas públicas de acesso à cidade e aos serviços públicos, mas também para superar as diversas barreiras que impedem este acesso aos parques serviços e políticas que são oferecidos as pessoas, mas que se não for visto a dimensão da deficiência e da acessibilidade, impedem que a pessoa com deficiência possa ter acesso.

Educação

Na política educacional, a lógica é a mesma e têm como propósito direcionar o debate sobre inclusão escolar para o —está ou —não está matriculado na escola. A concepção de educação inclusiva como princípio ideológico, social e cultural está imbricada numa educação emancipadora, pois se assume como respeitadora da cultura, da capacidade e das possibilidades de evolução de todas as pessoas.

O município de Niterói, através da legislação, vem se desobrigando em assegurar todas as condições físicas e pedagógicas necessárias para garantir o direito a todos os estudantes, em particular àqueles em situação de deficiência primária que estão matriculados em escolas regulares, uma vez que o direito sendo —subjeto atribui a própria pessoa a responsabilidade de acesso e permanência na escola, e o —preferencialmente admite-se uma posição de —quando for possível ou mesmo quando a escola tiver disponibilidade em aceitar os mesmos. Sem dúvida esse discurso de —desresponsabilidade do município perante a educação pública e a “educação inclusiva” segue rigorosamente a lógica da política defendida pelo governo federal (MEC). Assim as pessoas com deficiência não estão tendo o direito ao acesso, permanência, aprendizado e conclusão em escolas comuns, tanto públicas como particulares, mesmo este direito sendo assegurado nas Leis, mas não na prática. As escolas regulares são o lugar ideal para a inclusão das pessoas com deficiência, mas não estão preparadas pedagogicamente e estruturalmente para recebê-las. Assim é necessário disponibilizar financiamento adequado para prover formação continuada e valorização salarial dos docentes, diminuir o número de alunos em cada sala de aula e ter um núcleo de atendimento educacional com uma equipe multidisciplinar com pedagogos, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais, psicólogos e etc.

Saúde

Outra área importante é a saúde. Garantir, através de políticas públicas, acompanhamento médico diferenciado, com as principais ocorrências, estabelecendo um calendário de acompanhamento médico, exames e vacinas indicadas, pois algumas pessoas com deficiência têm maior probabilidade que o restante da população de apresentar algumas questões de saúde graves que tem consequências a curto e longo prazo

em suas vidas. Além do mais, garantir às mães e pais orientações e informações, desde o pré natal até a hora do nascimento. Garantir o acesso e acompanhamento é garantir as pessoas com deficiência uma vida plena e saudável.

A forma como é transmitida a notícia pela equipe médica aos pais e mães de crianças que nascem com deficiência pode ter influência decisiva no seu futuro. Na maioria das vezes, o momento do diagnóstico deixa a família confusa e sem orientação adequada, interferindo em sua vinculação com o bebê com deficiência e, sobretudo, no que diz respeito às falsas expectativas, influenciando o processo de aceitação ou rejeição do filho real. É necessário que a equipe de saúde esteja preparada para informar e orientar com atendimento humanizado, mas na maioria dos casos, isso não ocorre. Atendimento humanizado, deve levar em conta a complexidade do diagnóstico e o impacto na família, além da necessidade de que esta seja amparada por profissionais preparados e que inspirem confiança a todos os que convivem com a criança, fornecendo-lhes apoio.

Mobilidade

Uma cidade deficiente segrega, isola, discrimina. A acessibilidade urbana é uma das grandes barreiras enfrentadas pelas pessoas com deficiência e mobilidade reduzida. As dificuldades das pessoas com deficiência começam já ao sair de casa com calçadas de péssima qualidade, irregulares e cheias de buracos e obstáculos muitas vezes intransponíveis e um número ainda baixo de ônibus acessíveis. Quando estas pessoas moram em situações vulneráveis, como morro e comunidades, sequer conseguem sair de casa e a segregação é permanente. São pessoas que vivem presas por conta da ausência de infraestrutura urbana. Os poucos serviços prestados pela Prefeitura e pelo Estado não chegam lá, como transporte adaptado, e serviços de saúde e estimulação. Na maioria das vezes, o poder público sequer tem informações sobre as pessoas com deficiência moradoras das favelas e periferia e quais são suas reais necessidades. É necessário realizar um censo sobre estas pessoas, para pensar políticas de acessibilidade. Para as pessoas com deficiência visual, ainda convivem com a falta de semáforos sonoros, que avisam quando o sinal abriu ou fechou. É urgente a aprovação do Plano Diretor e suas diretrizes sobre acessibilidade física e cultural, e o poder público precisa cumprir as normas. A garantia da acessibilidade universal autônoma e segura aos usuários do espaço urbano, e em particular as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida é urgente.

Capacitismo e combate às opressões

A concepção sobre a pessoa com deficiência, pela sociedade, é formada a partir dos valores ideológicos da classe hegemônica, para o cumprimento de seus objetivos, para a conquista e a manutenção das relações de dominação, afastando aqueles que não atendam às suas demandas. Nas regras e metas estabelecidas com a finalidade de legitimar esse tipo de organização societária, as pessoas que não se enquadram nesse “padrão”, passam a ser consideradas como “deficientes”. Isso acarreta práticas injustas e discriminatórias, que têm como consequência o estabelecimento de limites e a cultura do capacitismo. A noção de pessoa universal é uma categoria que conduz a normatividade opressora como ser humano “normal” é a pessoa sem deficiência. Essa normatividade opressora, invisibiliza, oprime, tira representatividade a quem não se enquadra no conceito de pessoa universal. A concepção de deficiência construída pelo modelo da biomedicina a partir do modelo de pessoa universal conduz ao paradigma da intervenção médica, a cura, a reabilitação e, muitas vezes, a institucionalização. Assim, o modelo individual desresponsabiliza totalmente a sociedade pela exclusão das pessoas com deficiências e as tornando oprimidas. Assim surge o capacitismo que hierarquiza as pessoas em função da adequação dos seus corpos à corponormatividade e capacidade funcional e as pessoas com deficiência são tratadas de modo generalizado como incapazes de produzir, de trabalhar, de aprender, de amar, de cuidar, de sentir desejo e ser desejada, de ter relações sexuais etc. A origem do termo é da palavra Ableism (discriminação por motivo de deficiência). Ableism: able (o capaz) e o sufixo ism (sistema, teoria etc., com sentido pejorativo). O foco apontado é em quem pratica a discriminação.

A discriminação e preconceito gera vulnerabilidade em função das circunstâncias sociais injustas no contexto no qual vivem as pessoas e a sua capacidade de ação e reação são reduzidas em função da discriminação e opressão a que são submetidas.

É necessário avançar para emancipar. Avançar da concepção do modelo individual e biomédico, para o modelo social como gerador e responsável pela deficiência e como fonte de exclusão. As políticas para as pessoas com deficiência, inicialmente eram de segregação, passando pela integração com o falso discurso de inclusão. Falso discurso de inclusão, porque não criam as necessárias estruturas e acomodações que permitam a participação plena das pessoas com deficiência em todos os níveis. Essas pessoas foram

segregadas por anos e ainda continuam em algumas situações, e só recentemente tiveram acesso à escola regular e aos ambientes públicos. No entanto, estes ambientes são opressores e meritocráticos, pois ao não oferecer as condições ideais de acessibilidade e permanência se tornam opressores e excludentes com suas barreiras atitudinais, arquitetônicas; comunicacionais; pedagógicas gerando dificuldades na vida das pessoas com deficiência. Desta forma, as dificuldades se reproduzem, não pela deficiência da pessoa, mas do modelo de sociedade com padrão normativo opressor. Desta forma se estabelece a cultura do capacitismo. É imprescindível olhar para as pessoas com deficiência como oprimidas socialmente em todos os espaços (emprego, escola, espaço público, dos meios de comunicação social à família), para lutar por políticas emancipatórias que as coloquem em visibilidade social e política com a desconstrução da concepção de corponormatividade de nossa estrutura social. Uma das reivindicações dos movimentos sociais das pessoas com deficiência é “Mostramos as formas como NÃO estamos para que possamos estar”.

A análise da realidade apresentada e as políticas a serem propostas devem ter por princípio a superação da opressão das pessoas com deficiências e a concepção de uma política de emancipação.

As atuais políticas públicas existentes para as pessoas com deficiência são insuficientes e ineficazes em suas ações, demandando assim a luta em torno dessa pauta específica para que seja possível avançarmos.

Resoluções:

1. Programa de orientação sobre a pessoa com deficiência com um conjunto de ações do poder público e da sociedade civil voltadas para a compreensão, o apoio, a educação, a saúde, a qualidade de vida, o trabalho, e o combate ao capacitismo;
2. Que seja criado neste encontro o setorial de acessibilidade do PSOL Niterói;
3. A emancipação humana é nosso horizonte. Nossa tática de combate ao capacitismo deve levar em consideração essa concepção;
4. Que seja desenvolvida uma campanha contra capacitismo.

5. Que o PSOL acrescente nas bandeiras de luta a defesa dos direitos das pessoas com deficiência e contra o capacitismo;
6. Discussões sobre o combate as opressões e discriminação as pessoas com deficiência e contra o capacitismo.
7. Organização de atividades sobre o tema, tanto na forma de mesas durante os encontros regionais, quanto em seminários e debates locais;
8. Que os dias 21 de setembro, Dia Nacional de Lutas das Pessoas com Deficiência, e 3 de dezembro, Dia Internacional das Pessoas com Deficiência, seja realizada uma Campanha “21 dias de ativismo contra o capacitismo”;
9. Propor Projeto de Lei com o Dia municipal de Lutas das pessoas com deficiência ou Dia Municipal de visibilidade das pessoas com deficiência;
10. Identificar dentro do partido pessoas que tenham deficiência. Para isso, sugerimos que na ficha de filiação tenha um campo perguntando se a pessoa possui algum tipo de deficiência e qual é a deficiência;
11. Defendemos que as pautas das pessoas com deficiência estejam presentes em todos os eixos programáticos, além de ser um eixo específico da construção do nosso programa partidário;
12. É urgente defender a acessibilidade mediante a supressão de todas as barreiras tanto de caráter arquitetônico quanto de comunicação e atitudinais. Promover a autonomia pessoal destes significa, também, remover barreiras arquitetônicas urbanísticas existentes nas vias públicas e nos espaços internos de edifícios públicos e privados.
13. Faz se necessário lutar para forçar o município a criar condições de acessibilidade permanente para que as pessoas com deficiência tenham possibilidades de se apropriarem da cultura e dos bens sociais como direito social.
14. Lutar para que a educação inclusiva deve ser vista de forma conectada com as políticas sociais, a distribuição de renda e o acesso aos direitos sociais e à cultura por todos.
15. Essas condições perpassam pela reestruturação da escola, do modo de ensinar e conceber as pessoas com deficiência.
16. Defesa da inclusão como direito a escola regular e com acesso e condições de permanência, para possibilitar o acesso aos bens culturais, pedagógicos e

sociais e por um modelo de educação onde a aprendizagem seja comum a todos com o objetivo de promover a autonomia intelectual e pessoal.

17. A educação inclusiva deve ter como princípio ideológico, social e cultural, a emancipação humana, para isso é necessário políticas públicas efetivas com ênfase em investimentos financeiros com formação e valorização dos docentes.
18. Possibilitar políticas públicas de saúde para as pessoas com deficiência;
19. Assegurar condições às pessoas com deficiências, de modo que estas tenham plena participação em todo o processo social e educacional e, para isso, é preciso haver criação e expansão de projetos comprometidos que combatam a opressão e a cultura do capacitismo.
20. Urbanização da orla de Niterói permitindo o acesso de pessoas com deficiência, em especial cadeirantes, às praias da cidade;
21. Instalação de esteiras nas areias das praias permitindo o acesso ao banho de mar pelos cadeirantes, pessoas com deficiência visual, e pessoas com mobilidade reduzida.
22. Políticas para saúde (acesso a exames, médicos, psicólogos, terapeutas e fisioterapeutas, assistência social)
23. Políticas para família (orientação no nascimento; orientação no pré natal; exames; transporte para as pessoas com deficiência escola, terapias (suba o morro), apoio, orientações);
24. Realização de seminário de formação sobre os direitos e as opressões as pessoas com deficiência;
25. Propor Projetos de Lei que estenda o papel do Núcleo de atendimento educacional especializado aos estudantes com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação, transtornos específicos da aprendizagem como dislexia, a disortografia, a disgrafia, a discalculia, o Distúrbio do Processamento Auditivo Central (DPAC), Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade, entre outros transtornos aprendizagem, além de propor a sua composição por Equipe Multidisciplinar composta por pedagogos, fonoaudiólogos, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, médicos e psicólogos;

26. Propor políticas para formação continuada de docentes da classe regular e do AEE com adoção de práticas pedagógicas inclusivas.
27. Propor Projetos de Lei que estenda o papel do Núcleo de atendimento educacional especializado para avaliação dxs estudantes com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação, transtornos específicos da aprendizagem como dislexia, a disortografia, a disgrafia, a discalculia, o Distúrbio do Processamento Auditivo Central (DPAC), Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade, entre outros transtornos aprendizagem, deverá ser feita pela Equipe Multidisciplinar.
28. Propor projetos de lei que para atuação no AEE, o docente deve ser concursado e sua formação inicial deve ser a mesma do professor da classe de ensino regular.

Assinam: Andrew Costa / Anna Beatriz Castro / Carlos Artur Araújo Teixeira / Denise Brown / Luana Mayer de Souza / Marinalva Silva Oliveira / Paula Máiran de Brito Machado

Colocar a política no posto de comando e transformar o PSOL em alternativa real de poder *(APS e independentes)*

Introdução

1. O golpe de Estado que depôs Dilma Rousseff acelerou e mudou profundamente a conjuntura nacional. O governo golpista de Temer usa todos os artifícios ao seu alcance para realizar o programa máximo da burguesia: fazer a reforma estrutural do Estado, dilapidar todos os direitos e aumentar a exploração sobre trabalhadores. As incertezas são muito maiores do que as certezas. Apesar de abalado por contundentes denúncias de corrupção Temer joga todas as cartas que tem para se manter no poder, comprando apoio no congresso e a mídia com farta verba de propaganda. A pouca certeza que temos é que nada vindo desse Congresso Nacional será bom para os trabalhadores. Além disso, estamos certos de que a unidade para enfrentar a agenda do golpe é a única saída para que possamos derrotá-la.

2. Um congresso nacional que é formado em sua maioria por bancadas conservadoras ligadas ao empresariado, ao fundamentalismo religioso, ao agronegócio e pelo chamado baixo clero, grupo de deputados vendendo seu passe para quem pagar mais. É essa a base de apoio do governo Temer e que não se abala com escândalos. Congressistas com práticas espúrias, sem o menor pudor de votar medidas antipopulares em nome da austeridade e receber benesses generosas do governo.

3. A crise do Rio de Janeiro é laboratório do ajuste mais duro. O estado já conhece as práticas do corruptas do PMDB frente ao executivo, o que temos é a sua nacionalização desse modus operandi para todo o Brasil.

Conjuntura Estadual

4. O modelo de desenvolvimento do PMDB é completamente subordinado a interesses privados do empresariado, excludente e corrupto. Apesar do período de grandes transformações e grandiosos investimentos no estado, a população viu muito pouco além da política de maquiagem das UPAs e das UPPs. Os moradores da região metropolitana sofrem com a política de transporte metropolitano, que é extremamente caro e ineficiente, fazendo-os perder horas de seus dias no transporte. As benesses do crescimento

econômico do Rio foram apenas para empresários, políticos da base do governo e para especuladores.

5. O Rio de Janeiro fica no epicentro da política nacional, sendo o fiador da aliança nacional entre o PT e o PMDB, sede de megaeventos, como Copa do Mundo e Olimpíadas, foco dos investimentos nas indústrias naval e petroquímica, virou vitrine da política de conciliação lulista. Projetos como a UPP e a UPA, aliadas a uma pesada propaganda governamental, foram importantes para criar um sentimento de melhora na vida da população. Mas bastaram 2 anos de intensificação da crise para todo esse modelo desmanchar.

6. Ainda no período anterior a crise do estado, tivemos muita luta contra esse modelo excludente de desenvolvimento. O funcionalismo público protagonizou muitas lutas como a greve massiva dos bombeiros em 2011 que contagiou a cidade, a greve dos garis na proximidade do carnaval, diversas greves da educação, tanto municipal, quanto estadual. Sem falar na luta popular contra as remoções da copa e das olimpíadas e das lutas ambientais contra o Porto do Açu e a CSA.

7. A crise que assola o Estado do Rio de Janeiro já vinha sendo gestada por Cabral e sua turma a alguns anos. Três fatores foram determinantes: 1) O governo apostou todas suas fichas na alta do preço do petróleo, chegando ao ponto de se endividar com base na projeção de arrecadação, via royalties, do preço do petróleo num patamar altíssimo; 2) A política irresponsável de isenções fiscais, abrindo mão de uma parcela significativa de suas receitas; 3) A corrupção, que ganhou montantes estratosféricos com os recursos destinados a viabilização dos megaeventos.

8. Um dos primeiros impactos da crise se fez sentir naqueles mais vulneráveis, trabalhadores terceirizados de firmas que, ao não receberem de seus contratos com o Governo do Estado, ficaram com salários atrasados e sem seus direitos. Isso também teve um impacto profundo na prestação de serviços públicos à população, dado o alto nível de terceirização nos mesmos. A partir de 2016 a situação dos servidores estaduais e aposentados tornou-se dramática. Com os salários parcelados e em atraso, o funcionalismo estadual viu sua situação econômica ruir.

9. O discurso do governo sobre a crise é basicamente voltado para congelamento de salários, corte de benefícios, aumento da contribuição previdenciária, como se o problema de arrecadação do estado fosse por causa de altos salários dos servidores e não pela queda de arrecadação pela recessão e pelas famigeradas isenções fiscais. A cara de pau foi tanta, que mesmo com o discurso de austeridade novas isenções fiscais milionárias foram aprovadas esse ano.

10. A crise no estado atinge as classes populares de maneira brutal. Assim como na educação, a segurança pública no Rio de Janeiro não é falha, mas sim projetada para reprimir e massacrar a população mais pobre, sobretudo jovens negros. O desrespeito aos direitos humanos e a brutalidade da Polícia Militar, que também tiveram seus salários atrasados no governo Pezão, ficam cada vez maiores depois dos fracassos das UPPs, que garantiram a legitimidade do projeto político dos mega eventos, do PMDB de Sergio Cabral.

11. Em momentos como esses a luta de classes fica mais escancarada. Não é somente por capricho teórico que devemos falar de luta. A crise no Rio de Janeiro mostra que a população está sendo afetada economicamente por um arrocho que é estadual com conluio do governo federal, mas que ele é direcionado, seletivo para os de baixo. Com os ataques ao funcionalismo, o Movimento Unificado dos Servidores Públicos Estaduais (MUSPE) ganhou protagonismo ao aglutinar sindicatos e associações de servidores na luta contra as medidas de arrocho de Pezão. Os servidores resistiram aos ataques ao longo de todo 2016. A educação estadual fez a maior greve de sua história, outros segmentos que compunham o MUSPE também entraram na luta. Atos massivos em frente a ALERJ se tornaram rotina, e sempre com duríssima repressão do governo, que queria aprovar seu pacote de maldades a todo custo.

12. A crise do Rio de Janeiro é um projeto. Um projeto de aproveitar a crise econômica que é real, para desmontar o sobrou do Estado no Rio de Janeiro. Precarizar ainda mais os serviços públicos, congelar salários de servidores, fechar escolas, deixar a UERJ e a FAETEC em situação de calamidade e fechar UPAs. Por exemplo, a privatização da CEDAE é um despropósito. Uma empresa superavitária, que com todas suas deficiências no abastecimento leva água barata para o povo fluminense. Sendo colocado para fila da privatização por aproximadamente 3 bilhões, algo que só paga 3

meses de folha de pagamentos dos servidores. O objetivo não é sanear as contas públicas, mas aniquilar o patrimônio do povo e cortar direitos. É o Estado dos sonhos para grandes empresários e banqueiros.

13. O Rio de Janeiro precisa de um programa de recuperação econômica. Primeiro, precisa exigir o abatimento de parte das dívidas com união como forma de compensação das perdas de ICMS devido a Lei Kandir, que beneficia os exportadores com abatimentos e isenções no ICMS, que é um imposto estadual. É preciso aumentar a taxa sobre heranças que hoje é de 4,5%, criar um regime progressivo, que taxe grandes fortunas herdadas no estado do Rio de Janeiro. Acabar com a farra de isenções fiscais (sem critério) futuras e rever todas que já ocorreram, a sua pertinência e se não foram fruto de troca de favores com o governo corrupto do PMDB.

14. O PSOL no Rio de Janeiro precisa criar urgentemente um amplo debate programático para além dos debates na liderança de sua bancada na ALERJ, mas que envolva a base partidária, intelectuais, movimentos sociais para pensar uma saída a esquerda para Rio de Janeiro e que seja plataforma de um bloco popular de resistência, que retome o desenvolvimento e redução das desigualdades no estado.

Conjuntura Municipal

15. O PSOL Niterói vem se caracterizando nos últimos anos, do ponto de vista eleitoral, por seus bons resultados nas eleições para a Câmara Municipal. Na majoritária do município, as campanhas de Flávio Serafini realizaram uma oposição à esquerda dos mandatos de Rodrigo Neves. O partido, contudo, perdeu uma vaga na última eleição para vereador, reduzindo de três para dois a sua bancada. Entendemos que a via eleitoral continua sendo estratégica para um partido de esquerda ter mais espaço e máquina pública para dialogar com a população de Niterói.

16. Niterói também foi atingida por uma onda conservadora. Figuras como Aécio Neves e Jair Bolsonaro atingiram votações expressivas na cidade, nas eleições para presidente e deputado federal, respectivamente. Na Câmara Municipal de vereadores, Carlos Jordy (PSC) cresceu como porta-voz da extrema-direita no município. As audiências públicas sobre o “Escola Sem Partido” e a consulta popular sobre o armamento da guarda municipal são dois indicativos desse fenômeno. Mesmo com a vitória do “não”,

parte da população votou de maneira contrária por não enxergar na Guarda Municipal de Niterói condições técnicas e operacionais para a obtenção do porte de armas.

17. Bairros como Icaraí e Santa Rosa sofrem intenso processo de verticalização. Diversos prédios são construídos na Região das Praias de Baía, ocupando áreas de calçada, ampliando a circulação viária, aumentando a pressão sobre a rede de água e esgoto e prejudicando a circulação do ar. Uma das consequências desse adensamento urbano é alta nos preços dos imóveis e dos alugueis, o que acarreta um maior custo de vida para seus moradores.

18. A construção do Túnel Charitas-Cafubá, embora tenha reduzido o tempo de deslocamento da Região Oceânica para a zona sul da cidade, gerou uma maior retenção em vias fundamentais como a Avenida Roberto Silveira. Além do aspecto técnico, o processo de construção do túnel se deu de forma antidemocrática. Atrasos na obras, falta de transparência e a inadmissível redução do Hospital Psiquiátrico de Jurujuba, sem haver nenhuma alternativa ou plano emergencial como opção. Na zona norte, nada de significativo foi feito para reduzir os engarrafamentos da Alameda São Boaventura. A prefeitura de Rodrigo Neves prefere maquiar a situação com ciclofaixas de curta extensão e com pouca segurança. Para a população que se desloca de ônibus, tarifas abusivas, ônibus lotados e com horários desorganizados.

19. No campo ambiental, a Lagoa de Itaipu sem sofrendo sucessivos ataques da especulação imobiliária, o que compromete sua vegetação e suas águas. Em Pendotiba, os agentes imobiliários fazem lobby para a alteração do gabarito na região, o que geraria um aumento no fluxo de carros sem planejamento adequado e elevação das temperaturas locais.

20. Produto da recessão, da retirada de direitos, da elevação da desigualdade e das políticas de segurança pública desastrosas do PMDB para o Estado, a violência afeta a população de Niterói. A zona norte sofre com uma forte disputa pelo tráfico de drogas, roubos de carros e mortes. Em bairros da zona sul, moradores relatam arrastões e assaltos a pedestres regularmente. Observamos uma polícia que atua na lógica militarizada e que criminaliza a pobreza.

21. O conjunto habitacional Zilda Arns, oriundo do programa “Minha Casa, Minha Vida”, sofre com rachaduras e infiltrações. Mesmo sendo de competência de Caixa Econômica Federal, ele representa o descaso com que a habitação social é tratada em Niterói. Basta lembrarmos das vítimas do Morro do Bumba, que tem muitas famílias na luta por moradia digna até hoje.

O lugar do PSOL na política de Niterói

22. O PSOL Niterói precisa de mais capilaridade nas periferias da cidade. O partido precisa ampliar sua militância em regiões como a zona norte, nas favelas e em bairros pobres do município. O próprio mapa eleitoral das últimas eleições indica esse quadro: a maior parte dos votos veio da zona sul. Precisamos nos tornar um partido de massas e nos transformar em uma alternativa de poder real para Niterói.

23. Incorporar cada vez mais os movimentos sociais e sindicais na luta partidária é um horizonte estratégico necessário para o crescimento do partido em Niterói. Defendemos uma atuação regular e consistente ao lado do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) e participação ativa de nossa militância na Frente Povo sem Medo. Precisamos de partido nas ruas e nas audiências públicas, caso do novo Plano Diretor da cidade.

24. Para além da crítica, o PSOL como um todo precisa se tornar mais propositivo. Urge o partido discutir com sua base social e partidária a construção de um programa democrático e popular para todo o município. Um programa feito pelo povo e para o povo, que atenda as suas necessidades, fale sua língua e discuta problemas concretos e cotidianos da população. Para tornar o PSOL um verdadeiro campo aglutinador da esquerda brasileira, precisamos gastar menos energia internamente, respeitar as resoluções partidárias estaduais e nacionais e ampliar nosso trabalho de base.

Assinam esta tese: Diego Jasmim Marino / Felipe Nascimento Werminghoff / Fernando de Britto Falci / Gabriel Souza Alves / Caio Paiva Faria Fingola / Wagner Gauer / Tiago Tadeu Albertini de Barros / Wilza F.P. Mazur / Maria Beatriz Lugão Rios / Gabriela Mendes Bonifácio / Sérgio Oliveira / Gustavo Queiroz / Caio Neves Teixeira / André Almeida de Abreu